UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

JOÃO PAULO CINEGAGLIA

Gerenciamento de resultados no setor bancário: uma análise internacional nos períodos de crises financeiras e suas consequências

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCELO BOTELHO DA COSTA MORAES

RIBEIRÃO PRETO
2019

Prof. Dr. Vahan Agopyan

Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. André Lucirton Costa

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. Amaury José Rezende

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

Prof. Dr. Fabiano Guasti Lima

Chefe do Departamento de Contabilidade

JOÃO PAULO CINEGAGLIA

Gerenciamento de resultados no setor bancário: uma análise internacional nos períodos de crises financeiras e suas consequências

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Corrigida. A original encontra-se disponível no Serviço de Pós-Graduação da FEA-RP/USP.

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCELO BOTELHO DA COSTA MORAES

RIBEIRÃO PRETO

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

FICHA CATALOGRÁFICA

Cinegaglia, João Paulo
Gerenciamento de Resultados no Setor Bancário: uma Análise Internacional nos Períodos de Crises Financeiras e suas Consequências / Ribeirão Preto – 2019.
87 f.: il

Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.
Área de concentração: Contabilidade Financeira

Orientador: Moraes, Marcelo Botelho da Costa

1. Gerenciamento de Resultados. 2. Crises Financeiras.
3. Setor Bancário. 4. PCLD 5. G20 6. IFRS 9

FICHA DE APROVAÇÃO

Nome: CINEGAGLIA, João Paulo

Título: Gerenciamento de resultados no setor bancário: uma análise internacional nos períodos de crises financeiras e suas consequências

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Corrigida. A original encontra-se disponível no Serviço de Pós-Graduação da FEA-RP/USP.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr._____Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura: _____

Prof.Dr._____Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura: _____

Prof.Dr._____Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura: _____

PASSION∞GLORY

AGRADECIMENTOS

O maior agradecimento e dedicatória em relação a esse trabalho vai para o meu amigo, mestre, orientador e, como já disse uma vez: “meu pai acadêmico”, o senhor Professor Doutor Marcelo Botelho da Costa Moraes. Sem clichês e exageros, essa dissertação não seria possível sem você. Assim, com poucas linhas e palavras, minha eterna gratidão por ter sido seu aluno de graduação, de iniciação científica, de estágio, pelo congresso de Paris, pelo convite para orientação no mestrado e, principalmente, por não desistir de mim nesses 30 meses. Obrigado por acreditar em mim!

Aos meus pais, Alessandra e Paulo, meus avós, Robertão, Dona Jô e Dolores, meus tios Adriano e Alessandro por terem me criado, me preparado e feito com que eu tivesse a oportunidade e alegria de chegar onde estou. À minha irmã Letícia, que mesmo chegando quase oito anos depois, sempre esteve ao meu lado. Ao Kong, pelos cuidados e carinho com minha família e a mim. Minha maior felicidade é fazer vocês terem orgulho de mim!

Um agradecimento especial e um parágrafo exclusivo para a minha namorada Stephani por todo seu amor, cumplicidade, paciência e, acima de tudo, por me ajudar a superar os desafios e a chegar lá. Isso aqui, com certeza, não seria possível sem você!

A todas as pessoas que eu tive a honra de um dia chamar de família, amigos e irmãos nas cidades pelas quais passei: Ibitinga, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Barcelona e, finalmente, realizando o sonho de viver na grande São Paulo. Se, um dia, algum de vocês lerem este texto, sentirá o quanto é ou foi importante para mim.

Não poderia deixar de agradecer nominalmente ao Frank e ao Weslley pelos 23 anos de amizade, por todas as histórias vividas e as muitas que virão. Ao Vinícius, por ter sido meu irmão durante minha adolescência, em Bauru. Ao Juliano, por dividirmos a mesma casa e termos um lar longe de nossas famílias, desde 2012. Ao Caio, pela sua lealdade, confiança e irmandade ao longo da graduação e agora, no mesmo local de trabalho.

Gostaria de nominalmente falar de mais pessoas que foram importantes ao longo de minha trajetória até aqui, pois na regressão da vida, vocês me fizeram o que sou hoje. A todos os professores que tive ao longo da escola e da faculdade, em especial os do Colégio Seta, por me formarem como ser humano para a vida fora de casa. Aos colegas e amigos de trabalho e do mestrado, por me tornarem um profissional melhor e pelos momentos felizes do dia a dia.

Agradeço por tudo e a todos! Agora e sempre, meu muito obrigado!

"It always seems impossible until it's done."

Nelson Mandela

RESUMO

Cinegaglia, J. P. (2019). *Gerenciamento de resultados no setor bancário: uma análise internacional nos períodos de crises financeiras e suas consequências* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

O gerenciamento de resultados nos bancos pode ocorrer pela Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), que é sujeita a discricionariedade dos gestores. Sabe-se que os gestores se baseiam nos lucros passados para o provisionamento e que crises financeiras impactam o gerenciamento de resultados. A crise de 2008 teve como consequência a obrigatoriedade da adoção do IFRS 9 a partir de 2018. Faltam evidências sobre a interação entre crises financeiras e lucros, como também entre IFRS 9 e lucros com foco no gerenciamento de resultados através da PCLD, atuando a crise financeira e IFRS 9 como variáveis exógenas. Assim, as hipóteses deste trabalho foram elaboradas com o objetivo de corroborar o que já é defendido pela literatura bem como também analisar tais interações, supondo que as crises e o IFRS 9 intensificam a utilização da PCLD no gerenciamento de resultados. Para isso, foram criados modelos econométricos usando as variáveis levantadas na literatura. Os dados utilizados são dos países que compõem o G20, como aproximação de uma amostra mundial, entre os anos de 2005 a 2018. Após tratamento estatístico, foi aplicado o modelo de dados em painel por efeitos aleatórios. Como esperado, os resultados indicam que o gerenciamento de resultados se utiliza dos lucros passados e que as crises financeiras impactam esse gerenciamento. Os resultados mostram também que a interação entre essas variáveis leva a uma maior utilização do gerenciamento. Por último, conclui-se que apesar de haver interação entre o IFRS 9 e os lucros, ela é negativa. A robustez dos dados foi feita através de mudança no critério da variável de crise como também da exclusão de bancos americanos, reforçando, assim, a validade dos resultados encontrados.

Palavras-chave: Gerenciamento de resultados. Crises financeiras. Setor bancário. Provisão de créditos de liquidação duvidosa. G20. IFRS 9

ABSTRACT

Cinegaglia, J. P. (2019). *Earnings management in the banking industry: an international analysis during financial crisis and their consequences.* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Earnings management at banks may occur through the Loan Loss Provisioning (LLP), which is subjected to managers' discretion. According to the literature, managers do provisioning based on past earnings and financial crises directly impact earnings management. As a consequence of the 2008 crisis, IFRS 9 became obligatory since 2018. In this context, there is a lack of evidence on the interaction between financial crises, IFRS 9 and earnings, focused on earnings management through the LLP, with financial crises and IFRS 9 working as exogenous shocks. Hypotheses of this study were elaborated to corroborate what has already been defended in the literature and analyse such interactions, assuming that crises and IFRS 9 intensify the use of LLP in earnings management. Econometric models were created using the variables encountered in the literature. The data concerns countries that make up the G20, as an approximation of a worldwide sample, between 2005 and 2018. After statistical treatment, the panel data model was applied by random effects. As expected, results indicate that earnings management is based on past earnings and financial crises impact earnings management. Results also show that the interaction between these variables leads to higher utilization of management. Finally, although there is an interaction between IFRS 9 and earnings, it´s negative. Data robustness was granted through changes in crisis variable criterion and exclusion of American banks, reinforcing results validity.

Keywords: Earnings management. Financial crisis. Banking industry. Loan loss provision. G20. IFRS 9

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil

BCBS – Comitê de Basileia para Supervisão Bancária

CDO – Obrigação de Dívida Colateralizada

CDS – *Credit Default Swap*

CEO – Diretor Executivo

EAD – Exposição por *Default*

FASB – Conselho de Normas de Contabilidade Financeira

FMI – Fundo Monetário Internacional

G20 – Grupo dos Vinte

GICS –*Global Industry Classification Standard*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

IPO – *Initial Public Offering* (Oferta Pública Inicial de Ações)

LGD – *Loss Given Default* (Perda via Inadimplência)

NBER – *National Bureau of Economic Research*

PCLD – Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa

PD – Probabilidade de Inadimplência

PIB – Produto Interno Bruto

POLS – *Pooled Ordinary Least Square*

VIF – *Variance Inflation Factor*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Observações Total.....49
Tabela 2 - Número de Observações por Ano.....50
Tabela 3 - Número de Observações por País.....50
Tabela 4 - Estatísticas Descritivas de PCLD e EBTP Total.....57
Tabela 5 - Estatísticas Descritivas da Amostra.....59
Tabela 6 - Teste de Heterocedasticidade - Breusch-Pagan.....60
Tabela 7 - VIF para Modelos 1, 2 e 3.....60
Tabela 8 - VIF para Modelo 4.....61
Tabela 9 - Teste de Chow - Efeitos Fixos x POLS.....62
Tabela 10 - Teste de Breusch-Pagan - Efeitos Aleatórios x POLS.....62
Tabela 11 - Teste de Hausman - Efeitos Fixos x Aleatórios.....62
Tabela 12 - Regressão Efeitos Aleatórios para Modelos 1,2 e 3.....62
Tabela 13 - Regressão Efeitos Aleatórios para Modelo 4.....65
Tabela 14 - Regressão Efeitos Aleatórios para Modelos 1, 2 e 3 - Análise de Robustez da Crise.....68
Tabela 15 - Regressão Efeitos Aleatórios para Modelos 1, 2, 3 e 4 - Análise de Robustez da Amostra.....69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos Incentivos para o Gerenciamento de Resultados.....29
Quadro 2 – Resumo das Formas de Gerenciamento de Resultados.....31
Quadro 3 – Levantamento Bibliográfico das Variáveis.....52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gerenciamento de Resultados e Fraude.....25
Figura 2 – Histórico do Índice Dow Jones.....37
Figura 3 – Histórico do PIB Mundial.....48
Figura 4 – Histórico do PIB do G20.....48
Figura 5 – Gráfico da Média da PCLD, EBTP e PCLD/EBPT.....59

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....17

1.1. Introdução.....17

1.2. Justificativa.....19

1.3. Objetivos.....20

1.4. Problema de Pesquisa.....21

1.5. Contribuição da Pesquisa.....22

1.6. Estrutura do Trabalho.....23

2. REFERENCIAL TEÓRICO E DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES.....24

2.1. Gerenciamento de Resultados.....24

2.1.1. Incentivos para o Gerenciamento de Resultados.....27

2.1.2. Formas de Gerenciamento de Resultados.....30

2.2. Crises Financeiras.....33

2.2.1. Crise de 2007-2008 – *subprime* – e efeitos sobre o mundo.....37

2.3. Gerenciamento de Resultados e Crises Financeiras.....40

2.4. Basileia III, IFRS 9 e seu impacto na PCLD pós crise 2007-2008.....44

2.4.1. Histórico.....44

2.4.2. Basileia e PCLD.....45

2.4.3. Perdas Incorridas versus Perdas Esperadas.....46

3. METODOLOGIA.....48

3.1.1. Seleção da Amostra.....48

3.1.2. Modelo e Variáveis.....52

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....57

4.1. Estatística Descritiva.....57

4.2. Análise das Regressões.....61

4.3. Análise de Robustez.....68

4.3.1. Diferente Definição da Variável de Crises Financeiras.....68

4.3.2. Controle da Amostra – Exclusão dos Estados Unidos.....69

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....71

REFERERÊNCIAS.....74

ANEXOS.....83

1. INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

Há várias definições para as práticas que envolvem o gerenciamento de resultados, mas todas convergem para o fato de que os julgamentos e escolhas são realizados por parte dos gestores. Estes geram relatórios financeiros com o intuito de influenciar as decisões de qualquer interessado por essa informação, seja de forma contratual ou regulamentar (Nez, Gollo, Klan, & Warken, 2017).

Em relação ao ambiente das empresas, Filip e Raffounier (2014) explicam que uma grande mudança no ambiente econômico tem impacto sobre a propensão dos gestores em praticar gerenciamento de resultados, afetando, assim, a qualidade dos lucros, uma vez que a informação contábil é sensível ao ambiente em que está inserida.

Estudos recentes como os de Moraes, Meli e Nakao (2016), Rathke, Santana, Lourenço e Dalmácio (2016), Moura, Macêdo, Mazzioni e Kruger (2016), Figlioli, Lemes e Lima (2017) e Mota e Paulo (2017) excluíram de sua base de dados as instituições financeiras. Tal situação não é um problema, uma vez que não é possível comparar setores e regulações diferentes, pois isso acaba por deixar as demonstrações financeiras sem o fator da comparabilidade. O intuito desse estudo é analisar apenas instituições financeiras, precisamente o setor bancário.

Olhando para o cenário internacional, em um *ranking* desenvolvido pela revista Forbes (2019), das dez maiores empresas do mundo em relação a seus ativos, oito são instituições financeiras. Das instituições financeiras, os dez maiores bancos mundiais cujas bases estão na China, Inglaterra, Estados Unidos, França e Japão possuem aproximadamente 25 trilhões de dólares em relação aos valores dos ativos totais para o ano de 2018. No mesmo período, de acordo com o FMI (2019), o Produto Interno Bruto (PIB) nominal mundial foi de aproximadamente 85 trilhões de dólares. Nessa relação, mesmo que simplória, é possível observar a influência das instituições financeiras, especificamente os bancos, na economia como um todo.

Estudos recentes como os de Barreto (2016), Macedo e Kelly (2016), Nez et al. (2017) e Welter, Cavalheiro, Victor e Souza (2017) analisaram o gerenciamento de resultados especificamente para instituições financeiras brasileiras, utilizando da discricionariedade que a Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) proporciona. O presente estudo pretende expandir essa análise, inclusive pelo tamanho da base disponível, utilizando normas IFRS (*International Financial Reporting Standars*) no Brasil (vide número de bancos na B3 – Brasil,

Bolsa, Balcão), possibilitando, assim, melhor explicação dos dados e entendimento do assunto de forma mundial, pois há falta de estudos na área, nesse sentido.

Para Beatty e Liao (2014), uma extensa literatura foca na PCLD devido ao seu papel como o maior *accrual* e à extensa discricionariedade gerencial proporcionada pelo modelo de perda incorrida, sendo um importante indicador de desempenho. A literatura sugere que gestores usam da discricionariedade para atingir diferentes indicadores de *benchmarks*. O foco atual dos estudos é a tempestividade da PCLD, em que as provisões são consideradas mais pontuais, se as perdas forem reconhecidas simultaneamente ou antes dos empréstimos.

Segundo o Grupo dos Vinte (G20, 2018), o G20[1] é um dos principais fóruns das 20 maiores economias do mundo, tendo como objetivo a busca do desenvolvimento de políticas globais para enfrentar os desafios mais urgentes da atualidade. Nesse grupo, os países são representados por seus ministros de finanças e presidentes de bancos centrais e têm como finalidade analisar, revisar e promover políticas que estabilizem a economia mundial, pois as crises financeiras criam lacunas econômicas no cenário internacional, seja nos países desenvolvidos ou emergentes

De acordo com informações sobre o G20, atualmente, o grupo está presente em todos os continentes do mundo, correspondendo a 85% do PIB Mundial. Além disso, representa 75% do comércio internacional, 66% da população mundial e 80% do investimento global. Esses dados mostram que o G20 tem grande influência sobre as atividades econômicas realizadas na comunidade internacional e, por isso, foi escolhido para ser analisado, o que enriquece a discussão e também abrange um maior número de dados.

Segundo Frankel e Saravelos (2012), nos últimos anos, as crises financeiras afetaram tanto o nível de atividade econômica como o ambiente das empresas em todo o mundo. Eles

---

[1]O G20 é composto por: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia. O G20 foi criado em 1999, a partir de um encontro dos ministros de finanças e presidentes dos bancos centrais do G7, que sentiram a necessidade de um órgão mais inclusivo, com uma maior representação, para assim ter um impacto mais forte na abordagem dos desafios financeiros no mundo, principalmente após as crises da Ásia, México e Rússia. Então o G7 convidou as principais economias, tanto desenvolvidas quanto emergentes, para a formação de um novo fórum: o G20. Esse convite surgiu do entendimento da importância dos países emergentes para a estabilidade da economia mundial. Assim se viu a importância da união desses países com o objetivo de estabilizar a economia global. Em abril de 2016 foi publicada uma pesquisa realizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que divide os países membros do fórum em dois grandes grupos: economias emergentes ou em desenvolvimento (África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Rússia e Turquia) e economias avançadas (Alemanha, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e União Europeia). Para Menezes Junior (2017), de acordo com a Divisão Estatística das Nações Unidas, os adjetivos "emergente" e "avançado" são utilizados apenas para fins estatísticos e não, necessariamente, para descrever o grau de desenvolvimento de determinado país e, com este propósito, o FMI realizou esta pesquisa que divide os membros do G20 em dois grupos, para facilitar a organização e análise de dados.

argumentam que o declínio do PIB é uma das características mais importantes do efeito das crises financeiras no ambiente econômico. Iatridis e Dimitras (2013) reforçam essa ideia de que as crises financeiras podem diferir entre os países, e a variação do PIB é um indicador para um período de recessão.

Outro aspecto importante que pode mudar o modo como funciona o gerenciamento de resultados com a utilização da PCLD é a adoção do IFRS 9 (*Financial Instruments* – Instrumentos Financeiros) de forma obrigatória, a partir de 2018, por recomendação do Banco Mundial, através do acordo Basileia III.

A PCLD foi historicamente baseada no modelo de perdas incorridas e aumentava após desacelerações econômicas. Cummings e Durrani (2016) mostram que essa abordagem levou a uma gestão não transparente dos provisionamentos e da suavização de resultados. Então, o IASB (*International Accounting Standards* Board, 2014) e o FASB (*Financial Accounting Standards Board*, 2016) decidiram substituir os padrões existentes por uma abordagem voltada para o futuro, com base nas perdas esperadas de instrumentos financeiros. O IFRS 9 contribui, assim, para um reconhecimento mais adequado dos valores econômicos. As novas normas têm como objetivo garantir maior transparência e menor prociclicidade.

1.2. Justificativa

Esta pesquisa se justifica por analisar a importância que as crises financeiras globais vêm tendo sobre diversos países e o modo como as empresas reagem a isso. Para este estudo, foi escolhido o G20, a fim de representar a análise sobre os países, dada sua relevância na economia mundial. Além disso, analisa-se períodos de crises financeiras e dá-se o seu maior exemplo, a crise do *Subprime* em 2007-2008, por ser esta a grande crise financeira mundial do século XXI e, deste modo, a que apresentou efeitos diretos sobre a liquidez dos mercados financeiros e a operação dos bancos ao longo dos últimos anos. O foco nos bancos se justifica por estes não serem analisados em grande parte dos estudos sobre gerenciamento de resultados, devido às suas particularidades operacionais, que se diferenciam das particularidades das demais empresas.

Para entender a importância do gerenciamento de resultados no setor bancário durante as crises financeiras, Buchner, Mohamed e Schwienbacher (2016) explicam que a persistência dos lucros bancários desempenha um papel importante em manter a estabilidade do sistema financeiro como um todo e, por esse motivo, tem atraído um debate crescente sobre os fatores que impulsionam tal fenômeno. Há um consenso de que a persistência dos lucros é o resultado

da escolha do gerenciamento de resultados ou da manipulação dos lucros (Skinner & Soltes, 2011).

Hameed, Kang e Viswanathan (2010) afirmam que a confiança do investidor é menor durante períodos de crises econômicas e, por esse motivo, as empresas se esforçam para manter essa confiança e estabilizar o mercado. Arthur, Tang e Lin (2015) mostram que uma consequência dessa decisão das empresas em manter a confiança do investidor é que os gestores tendem a melhorar a qualidade das informações contábeis de modo estratégico, com o intuito de restabelecer a confiança e a liquidez durante períodos de crises financeiras.

Uma importante consequência da crise de 2008 foi a evolução do Basileia II para Basileia III, que instituiu para 2018 a obrigatoriedade do IFRS 9. Apesar de apenas um ano de dados disponíveis, espera-se analisar esse impacto no gerenciamento de resultados através do uso da PCLD, de forma análoga ao trabalho de Hamadi, Heinen, Linder e Porumb (2016), que analisou o impacto do Basileia II. Os autores explicam que as mudanças geradas pelo Basileia II não receberam a devida atenção nas pesquisas e eles mostraram que a nova regulação teve impacto significativo quanto ao uso do gerenciamento de resultado por parte dos bancos.

Desta forma, a utilização dos períodos de crise e da adoção do IFRS 9 atuam como choques exógenos na discricionariedade do gerenciamento dos lucros em bancos por meio da PCLD, possibilitando uma análise mais assertiva sobre a relação causal existente.

1.3. Objetivos

O objetivo geral do presente estudo é realizar uma **análise do gerenciamento de resultados no setor financeiro, em bancos de capital aberto dos países-membros do G20, e verificar o impacto de crises financeiras e suas consequências sobre o gerenciamento de resultados.**

Para atingir o objetivo geral mencionado, é necessário entender sua construção através de quatro objetivos específicos:

i. Análise do gerenciamento de resultados em bancos

Além da revisão bibliográfica de gerenciamento de resultados, é importante entender seu papel no foco desta pesquisa. Através de estudos como os de Kanagaretnam, Lobo, & Yang (2005), Agarwal, Chomsisengphet, Liu e Rhee (2007), Cornett, McNutt e Tehranian (2009), Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan, (2011), Balboa, Lopez-Espinosa e Rubia (2013), Ashraf, Hassan e Putnam (2014), Skala (2015) e Andreou, Cooper, Louca e Phillip (2017) são

identificados definições, incentivos e formas para o gerenciamento de resultados em bancos.

ii. Análise dos efeitos de crises financeiras

Em completude às definições de crises financeiras de Mishkin, o foco é analisar como esses movimentos sazonais da economia afetam o gerenciamento de resultados por parte dos gestores. Estudos como os de Buga, Gherghinescu e Vânatoru (2010), Filip e Raffounier (2014), Cohen, Cornett, Marcus e Tehranian (2014) e Arthur et al. (2015) demonstram as atitudes e motivações dos gestores na atuação de cenários de instabilidade.

iii. Relação entre crises financeiras e gerenciamento de resultados nos bancos

Dado o cenário de crise financeira, os bancos podem gerenciar seus resultados para passarem despercebidos por tais períodos, pois há o risco de perder a confiança do investidor, por exemplo. As pesquisas de El Sood (2012), Huizinga e Laeven (2012), Iatridis e Dimitras (2013), Beatty e Liao (2014), Curcio, Gallo e Gianfrancesco (2014), Kar (2015) e Ozili e Outa (2017) analisam o comportamento dos bancos, através do gerenciamento de resultados, em períodos de crises financeiras.

iv. Impacto do IFRS 9 no gerenciamento de resultados nos bancos

Como consequência da crise de 2008, o IFRS 9 tornou-se obrigatório desde 2018. Com isso, ainda não é claro se tal medida possibilitará maior discricionariedade por parte dos gestores. Como base, a pesquisa de Hamadi et al. (2016) mostrou o impacto significativo após adoção do acordo Basileia II.

1.4. Problema de Pesquisa

Para Matsumoto e Parreira (2007), gerenciamento de lucros, manipulação (de dados contábeis), contabilidade criativa e gerenciamento de resultados são expressões referentes a um mesmo fenômeno, sendo essa temática cada vez mais discutida no cenário nacional e internacional, com o objetivo de tentar entender suas características. A origem destas expressões vem do termo anglo-saxônico *earnings management*.

O tema ganha cada vez mais importância atualmente porque o resultado das empresas é um dos produtos da contabilidade utilizado para análise de desempenho e, assim, da tomada de decisão pelos usuários das informações contábeis. A relevância do tema se amplifica quando colocadas tais práticas em conjunto com as crises financeiras, pois os gestores podem tentar

ocultar o verdadeiro desempenho da empresa nestas ocasiões.

Da mesma forma, outro tema que tem gerado bastante discussão entre os acadêmicos se refere aos impactos de crises financeiras no gerenciamento de resultados nas empresas, conforme estudos de Cohen et al. (2014) e Arthur et al. (2015). Há também exemplos focados em grandes crises, como o debate sobre os impactos da crise de 2008 (Gontijo, 2008; El Sood, 2012).

Coloca-se também como um problema de pesquisa entender a principal consequência regulatória para a PCLD, através do IFRS 9. Dada a sua recente obrigatoriedade, não há base bibliográfica para responder a essa pergunta na atualidade.

Assim, a pesquisa tem como fator determinante responder à seguinte questão: "*como as crises financeiras e sua consequente alteração na norma contábil (IFRS 9) alteraram as práticas de gerenciamento de resultados no setor bancário internacional?*"

1.5. Contribuição da Pesquisa

A fundamentação teórica para o estudo baseia-se no entendimento de gerenciamento de resultados em instituições financeiras, focada nos bancos, nas crises financeiras e suas consequências internacionalmente. Nesse quesito, como fato pouco tratado pela literatura, conforme mostrado pelo extenso levantamento bibliográfico de Ozili e Outa (2017), uma lacuna é exposta ao se buscar entender o comportamento do setor bancário nesse cenário de incerteza, o meio pelo qual elas se utilizam de mecanismos discricionários para controlar seus lucros, principalmente através da PCLD.

Barth e Landsman (2010) chegaram à conclusão de que, na média, empréstimos correspondem a uma significativa parte dos ativos de um banco e, portanto, informações financeiras de bancos para empréstimos, principalmente PCLD, são de elevada importância para determinar a saúde financeira de um banco. Alto valor de PCLD em períodos de pré-crise pode significar que os gestores do banco são mais conservadores em suas estimativas ou que os gestores estão mais preparados para reconhecer as perdas dos empréstimos antecipadamente. De forma alternativa, também pode significar que problemas futuros ocorrerão, dado que gestores têm informação privada sobre a qualidade dos empréstimos e do risco de não pagamento, assim postergando o prejuízo.

Ozili e Outa (2017) fizeram uma extensa revisão bibliográfica das pesquisas que relacionam PCLD no setor bancário. As práticas de PCLD dos bancos, em contextos internacionais, permanecem inexploradas na literatura, e há oportunidades para pesquisas em

examinar tais contextos. Por exemplo, alguns contextos de blocos econômicos, como o G20, podem fornecer evidências sobre o comportamento das provisões bancárias, em resposta às mudanças nas condições econômicas, ao comparar-se esses países em blocos econômicos.

Hamadi et al. (2016), em suas considerações finais, explicam que são os primeiros a investigar e contribuir para a literatura com as implicações da adoção do Basileia II para o uso da PCLD por bancos. Eles reforçam a necessidade de examinar como o IFRS 9 impactará os bancos, dada a sua importância regulatória, o que os autores chamaram de mudança de Basileia II para Basileia III.

A contribuição dessa pesquisa se dá de três maneiras:

- Ampliação e aprofundamento do estudo sobre gerenciamento de resultados no setor bancário em crises financeiras e suas consequências, pois ainda é um campo a ser mais bem-explorado devido às especificidades do setor e à dificuldade de se encontrar pesquisas análogas, tanto nacionais como internacionais;
- Análise de um grupo econômico (G20) que é significativo para a economia mundial no contexto em questão, como será visto na escolha da amostra;
- Análise sobre o impacto da principal consequência regulatória da crise de 2008, o IFRS 9, e se já é possível observar impactos no gerenciamento de resultado pelos bancos.

1.6. Estrutura do Trabalho

O trabalho está dividido em 5 seções: 1) a primeira apresenta a introdução, justificativa, objetivos, problema de pesquisa e contribuição da pesquisa; 2) a segunda contém o referencial teórico e as hipóteses com as subseções: gerenciamento de resultados; crises financeiras; estudos sobre gerenciamento de resultados e crises financeiras e impacto do IFRS 9 na PCLD; 3) a terceira mostra os aspectos metodológicos da dissertação, com apresentação dos modelos, amostra e variáveis utilizadas; 4) a quarta constitui-se da análise dos resultados, contendo a aplicação dos testes e interpretação, de acordo com a lógica dos modelos; e 5) a quinta e última faz as considerações finais e ressalta as principais limitações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES

2.1. Gerenciamento de Resultados

McNichols e Wilson (1988) explicam que o uso de um componente discricionário dificilmente é desfeito, ou seja, o usuário externo não consegue fazer uma análise sem colocá-lo em consideração. Entretanto, se as mudanças estão na política contábil ou nas transações de fácil visualização, têm maiores chances de serem percebidas por tais usuários.

Schipper (1989) define gerenciamento de resultados como a gestão de divulgação feita pelos gestores, ou seja, como estes intervêm propositalmente ao divulgar as informações financeiras para o mercado externo, visando à obtenção de algum ganho particular, não sendo simplesmente uma facilitação natural do processo.

De acordo com Healy e Wahlen (1999), gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores se utilizam de decisões próprias para elaborar as informações financeiras, assim como a estruturação de transações; isso é possível pois estes conseguem modificar o modo como ambas são divulgadas. Essa prática ocorre para iludir alguns dos *stakeholders* a respeito do real desempenho da empresa e também para influenciar resultados contratuais que estejam ligados aos números contábeis divulgados.

Para McNichols (2000), a literatura em gerenciamento de resultados tenta entender as razões pelas quais os gestores manipulam os resultados, como eles fazem e quais as consequências desse comportamento. Segundo o autor, essas questões são o foco de uma área de pesquisa significante dentre as pesquisas em divulgações financeiras.

Martinez (2001) diz que é de suma importância entender que gerenciamento de resultados não é fraude contábil. Deste modo, tem-se que as alterações dos gestores estão dentro da legislação contábil. Porém, quando as normas contábeis deixam a critério alguma discricionariedade para o gerente, este acaba por optar não por aquilo que representa a realidade do negócio, mas sim por direcionar a informação a algo que se relacione a outros incentivos, levando-o a informar um resultado diferente.

Assim, essa manipulação contábil tem a função de distorcer o real desempenho das empresas. Como os gestores conseguem influenciar na decisão das escolhas contábeis, é de se esperar que optem pelas políticas que maximizem sua utilidade ou deixem a empresa com maior valor de mercado. O gerenciamento de resultados também é feito de forma operacional, ou seja, quando os gestores tomam decisões de forma intencional em relação à própria prática do negócio, com o intuito de atingir os resultados desejados (Comiskey & Mulford, 2002;

Roychowdhury, 2006).

Shrieves e Dahl (2003) analisaram o uso da PCLD em bancos japoneses no período de 1989 a 1996. Eles concluíram que há uma relação com o lucro e que os bancos utilizaram essa provisão para gerenciamento de resultados, principalmente na determinação da magnitude dessas contas, assim como no tempo utilizado para divulgar os resultados.

Goulart (2007) define gerenciamento de resultados como um conjunto de ações intencionais, realizadas por aqueles que preparam as informações financeiras e que têm influência sobre a situação contábil da empresa, mas que estão dentro dos padrões da contabilidade e dos limites legais das normas. Essas ações visam atender ao interesse próprio dos gestores da empresa, pois estes fazem a divulgação financeira.

Segundo Oliveira, Lemes, Almeida e Ferreira (2008), gerenciamento de resultados é a modificação proposital dos resultados contábeis, com o intuito de satisfazer motivos próprios gos gestores, podendo assim prejudicar a qualidade da informação contábil, e consequentemente, a utilização da mesma.

Para Paulo e Leme (2009), gerenciamento de resultados é a utilização de técnicas que alterem o processo de elaboração e evidenciação das informações contábeis, afetando tais informações no tocante à compreensão sobre a real situação econômica e financeira das empresas, e, portanto, modificando a análise e o processo de decisão dos usuários externos interessados.

Agarwal et al. (2007) explicam que a maioria dos estudos em práticas de gerenciamento de resultados em bancos foca nas ações discricionárias dos gestores, para ajustar o tempo de divulgação e o tamanho das transações e *accruals* em seus relatórios financeiros. Segundo eles, há três principais incentivos para gestores de banco reconhecerem e registrarem certas transações financeiras: para atingir o capital regulatório mínimo; para adiar o pagamento de impostos no lucro ganho; e para disseminar informações melhores sobre os lucros aos *stakeholders*.

Scott (2003) define gerenciamento de resultados como um ato de escolher políticas contábeis a partir de um conjunto de regras aceitas para conseguir resultados favoráveis. O autor apresenta que tal escolha é feita pelos gestores, também realizada por ações que afetem os lucros para atingir algum objetivo específico sobre os resultados divulgados.

Goulart (2007) encontrou que a suavização de resultados ocorre devido à PCLD. Ele investigou as instituições financeiras brasileiras através da contabilização das operações de crédito, títulos e valores mobiliários e derivativos como forma de gerenciamento de resultados. Da mesma forma Xavier (2007) encontrou que 30% dos bancos comerciais brasileiros

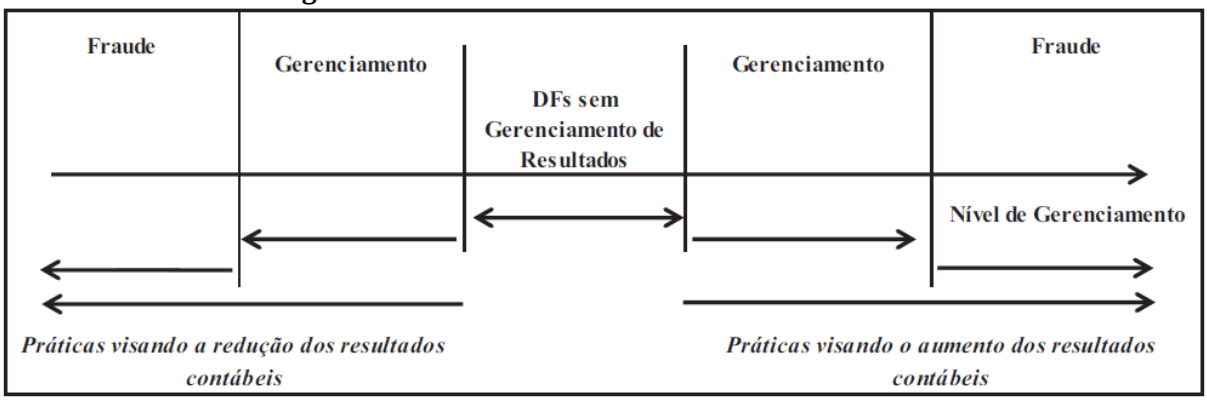
utilizavam da PCLD para gerenciamento de resultados. Para isso, ele analisou os bancos comerciais de 2006.

Cunha, Bezerra, Gubiani e Rengel (2009) analisaram o gerenciamento de resultados em instituições financeiras brasileiras, através da PCLD, visando apenas as que tiveram rodízio das empresas de auditoria entre 2000 a 2007. Houve evidências de que quando há a troca de auditoria, o gerenciamento de resultado é menor quando comparado ao ano anterior e com tendência de aumentar no ano seguinte a troca.

Cornett et al. (2009) estimaram uma medida para gerenciamento de resultados em bancos baseados na discricionariedade, através da PCLD, e encontraram que ela mostra propriedades razoáveis para ser positivamente relacionada à sensibilidade de se pagar pela performance do CEO e inversamente relacionada à independência do conselho.

Flores (2012) adaptou de Stolowy e Breton (2004) a figura abaixo, que explica que fraude é quando se passa do ponto das práticas de gerenciamento ou manipulação contábil. A literatura usa o termo "fraude" quando se discute a ocorrência de práticas ilegais ou que não estejam de acordo com as normas contábeis, impactando, assim, a informação apresentada aos usuários externos.

Figura 1 – Gerenciamento de Resultados e Fraude



Fonte: Flores (2012) – Adaptado de Stolowy e Breton (2004).

De acordo com Bornemann, Kick, Memmel e Pfingsten (2012), os gestores dos bancos utilizam de certa discricionariedade para elaboração das demonstrações financeiras, com o intuito de gerenciar o resultado a ser divulgado. Norden e Stoian (2013) examinaram como o gerenciamento de resultados está relacionado a gerenciamento de risco bancário. Eles examinaram 85 bancos alemães, de 1998 até 2012, e encontraram que estes bancos usam PCLD para diminuir a volatilidade dos lucros, aumentando-os, se os lucros estão muitos altos e diminuindo-os, quando têm baixos índices de capital regulatório.

Dantas, Galdi, Capelletto e Medeiros (2013) analisaram a discricionariedade na

mensuração de derivativos para o gerenciamento de resultados em bancos, verificando assim que os bancos gerenciam o resultado, sendo mais comum entre os bancos de menor porte. Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013) também chegaram na mesma conclusão, que bancos de menor porte gerenciavam resultados, mas com títulos e valores mobiliários.

2.1.1. Incentivos para o Gerenciamento de Resultados

Watts e Zimmerman (1978) estabeleceram três grandes motivos pelos quais as empresas são incentivadas a gerenciar resultados:

1. Planos de incentivos = pagamento variável baseado no lucro leva os gestores a gerenciar mais os lucros das empresas;
2. Grau de endividamento = empresas com maiores graus de endividamento gerenciam mais seus resultados para melhorar sua sustentabilidade financeira;
3. Custos políticos = se houver imposições normativas em relação às atividades operacionais das empresas, estas reagem utilizando-se de gerenciamento de resultados.

Segundo Healy e Wahlen (1999), dado que os incentivos para a prática do gerenciamento de resultados derivam principalmente do ambiente em que os gestores operam, seja no mercado de capitais, seja em contratos e política ou em custos regulatórios, é esperado que alguns eventos afetem tal ambiente, mudando, assim, as condições ou incentivos para as práticas de gerenciamento de resultados. Destacam-se algumas motivações citadas pelos autores:

1. Bônus contratuais sobre a remuneração dos gestores;
2. IPO (*Initial Public Offering* – oferta pública inicial de ações), querendo o aumento no valor das ações;
3. Escolhas Contábeis;
4. Submissão às cláusulas de contrato de dívida;
5. Investigação pública;
6. Troca de gestor.

Para Santos e Grateron (2003), dentre os principais incentivos para gerenciamento de resultados, os incentivos econômicos são os mais comuns, tanto para os gestores quanto para as empresas. Eles citam alguns exemplos de incentivos:

1. Remuneração direta sobre os resultados;
2. Conquista de concessões, bonificações e prêmios extras;
3. Melhor imagem da empresa no mercado financeiro;

4. Obtenção ou manutenção de subvenções governamentais;
5. Alcance de medidas de proteção;
6. Benefícios fiscais;
7. Controle dos dividendos;
8. Estratégias competitivas e de mercado.

Segundo Fuji (2004), o gerenciamento de resultados pode ocorrer quando os lucros estão acima ou abaixo do que têm sido nos últimos anos, quando se deseja um número alvo ou quando existem efeitos extraordinários sobre os lucros, os gestores tendem a suavizar os resultados com o intuito de evitar que seja interpretado como aumento de risco.

Para Burgstahler, Hail e Leuz (2006), com a assimetria de informações entre gestores e investidores, as empresas suavizam os lucros para fins de minimização de impostos (salvo alguns países), pagamento de dividendos, alcance de metas, ocultação de desempenhos fracos ou mesmo para evitar *covenants*. Gestores também são motivados a suavizar lucros durante o tempo para obter uma bonificação relativamente constante (Bergstresser & Philippon, 2006).

O incentivo dos bancos quanto a se usar a PCLD para suavizar os lucros reportados ao longo do tempo é para que estes pareçam estáveis, com o intuito de satisfazer objetivos regulatórios, ou para tornar os relatórios financeiros favoráveis (Greenawalt & Sinkey, 1988).

Quando os lucros bancários estão altos, faz sentido para os reguladores que os bancos reservem parte desses lucros como provisões em antecipações de perdas com empréstimos, durante anos ruins, baseados na noção de poupar para tempos difíceis. Eles argumentam que, quando os lucros estão baixos, os bancos manterão menores provisões naquele presente período a que se referem e se utilizarão das provisões ou reservas do período anterior para cobrir as perdas reais de empréstimos no período em curso (Skala, 2015).

Balboa et al. (2013) argumentaram que o incentivo para bancos americanos suavizarem lucros reportados e o modo prático de fazê-lo dependem do tamanho dos ganhos pré-provisionados. Eles examinaram 15.268 bancos durante 1996 a 2011 e encontraram que os bancos usam PCLD para suavizar os resultados reportados, quando os lucros são positivos e substanciais. Usando estimação de painel não linear, eles também encontraram que a PCLD tem uma relação não linear com os lucros reportados.

Os bancos têm incentivos em gerenciar resultados ao se utilizarem das mudanças anormais na PCLD para sinalizar informações sobre as perspectivas futura das empresas, implicando que os gestores podem relatar estimativas anormais em antecipação a lucros futuros ou a empréstimos inadimplentes. Para estender tal debate, os bancos podem relatar as provisões anormais para mitigar perdas decorrentes da perda de confiança do investidor ou perda de

rentabilidade, após a saída de um CEO, cuja influência está vinculada a essa maior fidelidade do investidor e a maiores negócios para o banco.

O mercado de capitais cria incentivos para bancos suavizarem lucros reportados. Essa visão argumenta que se lucros suavizados reduzem sua variação, então baixa variação dos lucros causaria uma baixa flutuação no preço das ações, que reduziria a volatilidade do retorno das ações, sendo que os investidores preferem baixa volatilidade nos retornos, pois aumenta seu poder de previsão (Leventis et al., 2011).

A arbitragem regulatória pode criar incentivo para suavizar resultados, à medida que os bancos podem tirar vantagens das fraquezas ou lacunas existentes na regulamentação como uma oportunidade para suavizar lucros reportados. Kilic, Lobo, Ranasinghe e Sivaramakrishnan (2012) mostraram que bancos americanos usam PCLD para suavizar lucros, quando a regulação de divulgação contábil torna difícil o uso de derivativos para suavização.

O *trade-off* entre padrões contábeis baseados em regras versus princípios cria incentivos para os bancos suavizarem resultados. Ashraf et al. (2014) investigaram se mudanças nos padrões contábeis e nos regimes regulatórios prudenciais influenciam o uso da PCLD para suavizar lucros. Os autores analisaram 7343 bancos de 118 países, durante o período de 1999 a 2010. Eles descobriram que os bancos que se encontram sob um regime contábil baseado em regras exibem níveis mais altos de suavização de resultados do que aqueles que se encontram sob um regime contábil baseado em princípios.

Os eventos econômicos transitórios podem criar um incentivo adicional para bancos suavizarem resultados. Liu e Ryan (2006) encontraram que bancos americanos usam PCLD para suavizar resultado durante a crise econômica dos anos 90. Balboa et al. (2013) encontrou que bancos americanos usam mais a PCLD para suavizar lucros quando eles são rentáveis e, para complementar, El Sood (2012) conclui que os bancos se utilizam mais da PCLD durante períodos de ausência de recessão econômica.

Devido à discrição que os gestores apresentam ao estimar a PCLD, há preocupações de que eles possam explorar a política de provisionamento dos bancos para atingir objetivos diferentes do propósito pretendido pela PCLD, que é estimar perdas de crédito esperadas. Tais objetivos podem ser: necessidade de reduzir o risco de colapso da economia (Andreou et al., 2017); suavizar o resultado (Leventis et al., 2011); gerenciar o capital regulatório (Ahmed, Takeda, & Thomas, 1999), e necessidade de sinalizar informações sobre as perspectivas futuras das empresas (Kanagaretnam et al., 2005).

Estudos como os de Balla e Rose (2015), Dou, Ryan e Zou (2016), Morris, Kang e Jie (2016) sugerem que a propensão dos bancos a usarem a PCLD para fins de suavizar resultados

depende de alguns fatores:

1. O tamanho dos lucros ou sua distribuição;
2. O estado da economia, particularmente durante recessões ou períodos de crise;
3. Regras rígidas de divulgação contábil que são destinadas a desestimular a manipulação dos *accruals* bancários;
4. Exigências de capital regulatório.

Abaixo segue quadro-resumo dos principais incentivos que levam os gestores a gerenciarem resultado:

Quadro 1 – Resumo dos Incentivos para o Gerenciamento de Resultados

Tipo de Incentivo	Descrição	Autores
Política de Bonificação	Ao atrelar o lucro da empresa ao desempenho do gestor, este pode gerenciar da maneira que melhor lhe convier.	Watts e Zimmerman (1978); Healy e Wahlen (1999); Santos e Grateron (2003); Burgstahler et al. (2006); Bergstresser e Philippon (2006)
Regulatório	Com a imposição de regras às atividades da empresa, estas podem reagir, gerenciando resultado para satisfazer tal obrigatoriedade imposta seja pelo governo seja por contratos.	Watts e Zimmerman (1978); Greenawalt e Sinkey (1988); Ahmed, Takeda e Thomas (1999); Healy e Wahlen (1999); Santos e Grateron (2003); Burgstahler et al. (2006), Kilic et al. (2012); Ashraf, Hassan e Putnam (2014); Balla e Rose (2015); Dou et al. (2016); Morris, Kang e Jie (2016)
Mercado de Capitais	O gestor pode gerenciar com o intuito de valorizar a ação, manter a confiança do investidor, o controle dos dividendos, uma melhor imagem da empresa presente e futura, minimizar troca de gestão, estratégias competitivas e de mercado.	Watts e Zimmerman (1978); Greenawalt e Sinkey (1988); Healy e Wahlen (1999); Santos e Grateron (2003); Fuji (2004); Kanagaretnam, Lobo, e Yang (2005); Burgstahler et al. (2006); Leventis et al. (2011); Balboa et al. (2013); Ashraf, Hassan e Putnam (2014); Balla e Rose (2015); Skala (2015); Dou et al. (2016); Morris, Kang e Jie (2016)
Cenário Econômico	Flutuações econômicas podem levar o gestor ao gerenciamento para manutenção da rentabilidade da empresa e redução do risco de colapso na economia.	Liu e Ryan (2006); El Sood (2012); Balboa (2013); Balla e Rose (2015); Dou et al. (2016), Morris, Kang e Jie (2016); Andreou et al. (2017)

Fonte: Elaboração própria (2019).

2.1.2. Formas de Gerenciamento de Resultados

Martinez (2001) apresenta três formas de gerenciamento de resultados: *target earnings*, *income smoothing* e *big bath* ou *take a bath*.

Em relação ao *target earnings* ou gerenciamento dos lucros visando a determinadas metas, este ocorre quando estas estão acima ou baixo do resultado do período, então levando os gestores a algum tipo de manipulação para atingir o alvo desejado. Martinez (2001) destaca como exemplo disso o lucro necessário para que os gestores recebam bônus ou o nível de

satisfação esperado pelo mercado.

Gestores se utilizam da discricionariedade para gerenciar os lucros para baixo, quando seus bônus já tiverem atingido um nível máximo, e para possibilitar o reconhecimento futuro de lucros, ou direcionar o gerenciamento do lucro para cima, caso precisem atingir um certo nível para ser elegível a um plano de bônus. Sujeitos a exigências de capital regulatório, os bancos com menor capital regulatório são motivados a aumentá-lo. Consequentemente, podem gerenciar os lucros para atingir esse objetivo (Barth, Landman, & Lang, 2008).

O *income smoothing*, ou suavização de resultados, tem como objetivo deixar o lucro estável ao longo do tempo, passando, assim, uma imagem de confiança ao mercado, pois isso é útil para melhorar a marca da empresa em relação à sua solidez financeira e a seu bom desempenho. Moraes et al. (2016) definem suavização de resultados como amortização intencional dos resultados da empresa, feita pelo gestor, em ordem de reduzir a variação dos lucros e transmitir para o mercado consistência entre passado, presente e futuro *versus* desempenho.

Menezes Junior (2017) define *income smoothing* como a prática discricionária dos gestores para diminuir a variação dos lucros, sendo que um alto resultado implicará, futuramente, em resultados consequentemente menores, de tal forma que seja considerado melhor um nível normal pela administração do que o aparecimento de resultados que extravasem este nível. Sendo assim, esse procedimento suaviza o resultado entre os períodos, visando à estabilidade ao longo do tempo, uma vez que variações no resultado podem ser vistas como medida de risco pelo mercado.

Kilic et. al. (2012) mostraram que os bancos americanos suavizam resultado para evitar fiscalizações regulatórias. Eles examinaram se a regulação de derivativos, – que tem requisitos de reconhecimento rigorosos e assim reduzem a habilidade dos bancos de suavizarem resultado –, encoraja os bancos americanos a usarem a PCLD para suavizar os resultados reportados, em vez de depender de derivativos. Eles encontraram evidências de que bancos americanos usam PCLD para suavizar resultado, quando a regulamentação da divulgação contábil dificulta o uso de derivativos para isso.

Já o *big bath* ou *take a bath*, ou reduzir os lucros correntes pensando nos lucros futuros, Martinez (2001) define como o conjunto de ações que geram a piora dos resultados no presente, pensando na melhora dos resultados futuros. Essa prática pode ocorrer quando uma empresa não consegue mais recuperar seu resultado mesmo através do gerenciamento de resultados; então, escolhe por piorá-lo ainda mais, para que a próxima apresentação de demonstrações contábeis seja melhor que a atual. Isso ocorre através do adiantamento das despesas ou do

adiamento das receitas. Essa medida é tomada levando-se em conta que, no futuro, o mercado entenderá isso como melhora, após um resultado negativo.

Menezes Junior (2017) resume tal estratégia como a intenção de reduzir o resultado de uma empresa por um determinado período, dado que os gestores não conseguiriam alcançar sua meta de qualquer maneira; então, os valores usados para piorar o resultado serão reservas futuras para melhorar os próximos e, assim, auxiliarão no alcance das metas.

Um tema emergente na literatura sobre PCLD é o conflito entre os objetivos regulatórios prudenciais e normas contábeis. Depois da crise financeira de 2008, reguladores bancários exigem que os bancos adotem medidas proativas ou prospectivas para provisionamento que incluam manter provisões suficientes (ou altas) mesmo quando o risco de crédito esperado for aparentemente baixo. Assim, os bancos podem ter reservas suficientes para amortecer a iminente perda de empréstimos que ocorrerão em maus momentos.

A prática de manter as provisões acima do nível proporcional ao risco de crédito esperado dos bancos é consistente com o objetivo de estabilidade e segurança bancária dos reguladores sob a perspectiva de regulação prudencial. Entretanto, essa prática é criticada pelas normas contábeis porque consiste em manipulação de risco dos números contábeis que reduzem a confiabilidade das estimativas de PCLD, relatada nos relatórios financeiros, e pode enganar as partes interessadas no banco assim como os analistas de mercado.

Abaixo segue quadro-resumo das principais formas utilizadas pelos gestores quando gerenciam resultado:

Quadro 2 – Resumo das Formas de Gerenciamento de Resultados

Forma	Descrição	Autores
Target Earnings	Quando o lucro está acima ou abaixo do esperado, o gestor pode gerenciar para atingir o alvo desejado.	Martinez (2001), Barth et al. (2008)
Income Smoothing	A suavização de resultados tem o principal objetivo de deixar o lucro estável ao longo do tempo	Martinez (2001), Kilic et al. (2012), Morares, Meli e Nakao (2016), Menezes Junior (2017)
Big Bath	Quando o lucro já está abaixo do esperado e não é mais possível atingir o que se espera, o gestor pode piorar o lucro presente, visando ao futuro	Martinez (2001), Menezes Junior (2017)

Fonte: Elaboração própria (2019).

Dado o contexto do primeiro tópico da literatura sobre gerenciamento de resultados, seus incentivos e formas de se fazer, designa-se formalmente a primeira hipótese deste trabalho, a fim de reforçar os achados prévios da literatura apresentada:

H_1: Os lucros são positivamente relacionados com a PCLD do ano subsequente.

2.2. Crises Financeiras

De acordo com Mishkin (1999), uma instabilidade financeira se caracteriza pela ocorrência de algum choque no mercado financeiro que, por provocar sua quebra do fluxo informacional, faz com que se torne muito difícil que ocorra o direcionamento de recursos entre poupadores e demandantes de recursos.

A ocorrência de uma crise financeira em países desenvolvidos tem se mostrado existente a partir de algumas etapas recorrentes. Primeiramente, tem-se uma maior abertura ao crédito seguida de uma redução em restrições institucionais e regulatórias acerca do mercado financeiro (Mishkin & Eakins, 2012). O incentivo de longo prazo é o de geração de um ambiente com melhor alocação de capitais entre emprestadores e tomadores de recursos, mas, no curto prazo, tendem a ser observados descasamentos de preços de ativos (também conhecidos como *boom*) em função deste aumento sensível no montante de empréstimos.

Essa variação considerável no preço de ativos, como ações e imóveis, traz consigo também um ganho de valor cambial que leva à perda da competitividade e a uma redução na velocidade do crescimento. Com esses efeitos negativos sobre a economia real, com uma grande quantidade de empréstimos em circulação, os bancos ficam mais propensos a uma crise, justamente pela dificuldade maior enfrentada no recebimento destes valores emprestados (Kaminsky, 2003).

Existe, em grande parte das economias modernas, um sistema de garantia dos empréstimos por parte do governo. Se, por um lado, essa garantia estabiliza o sistema e evita que existam novos incidentes de "corrida aos bancos", por outro lado, acaba por inserir um risco moral. Isto porque, se há a garantia do governo, gestores tendem a mirar em projetos mais arriscados do que o fariam sem que essa garantia existisse (Velasco, 1987).

O risco potencialmente aumentado pela proteção governamental, pela desregulamentação e pela abertura maior ao crédito, faz com que perdas comecem a ser percebidas, geralmente em decorrência de empréstimos concedidos a quem não tinha condição de pagá-los. Essa perda resulta em redução da alavancagem das instituições financeiras através da elevação dos juros e, com esse risco percebido pelos poupadores (aqueles que disponibilizam recursos ao sistema de empréstimos), estes decidem retirar seus recursos das instituições, o que impacta na redução da quantidade de recursos disponíveis para empréstimo suficiente para reduzir as atividades dos bancos e, consequentemente, toda a atividade econômica (Mishkin, 1999; Mishkin, 2001).

Durante o processo de expansão do valor dos ativos através da expansão dos empréstimos, forma-se a chamada "bolha". O "estouro da bolha" é justamente a readequação dos preços dos

ativos diante da realidade, logo após a retração no nível de empréstimos, quando se percebe que ao menos parte deles ocorreu sob infundadas bases.

Outra base motivacional para a ocorrência e dissipação de movimentos de "bolha" reside na assimetria informacional. Segundo Stiglitz e Weiss (1981), tal situação pode ser tão notável que, mesmo agentes que estejam dispostos a pagar um grande diferencial de juros para obter um empréstimo, ficam sem conseguir, diante de um momento de forte assimetria de informação. Bernanke e Gertler (1995) vão além. Afirmam que tais momentos resultam em forte aumento nas taxas de juros e, consequentemente, reduzem a atividade econômica, dado que isso impacta reduzindo os fluxos de caixa (por aumentar o valor de pagamento de juros), o que gera a deterioração de balanços empresariais.

A identificação certa de uma crise financeira se dá após alguns típicos fatos geradores associados a uma alta na incerteza sistêmica: o início de uma recessão econômica, a falência de uma grande instituição financeira ou a quebra do mercado acionário. Quando isso ocorre, observa-se que há notável dificuldade sobre a solvência das instituições que compõem o mercado financeiro, levando algumas, inclusive, à declaração de falência. O espiral negativo da crise resulta em um aumento da assimetria informacional (esta que já estava em níveis críticos) e do tácito impedimento a novos empréstimos, fazendo com que a recessão continue (Mishkin, 1999; Mishkin & Eakins, 2012).

O processo de crises financeiras em países em desenvolvimento ocorre de maneira diferente à daquele que ocorre nos países desenvolvidos. De acordo com Mishkin e Eakins (2012), no caso destes países, a crise está relacionada a um dos dois seguintes caminhos: má administração da alocação de crédito liberalizado com a globalização, ou desequilíbrios fiscais sensíveis.

Quanto ao primeiro motivo, o da globalização, alguns estudos indicam que o problema ocorre em duas etapas. Primeiramente, são abertos fluxos financeiros advindos de outros países, sem a necessária regulamentação para assegurar como isso se dará de forma prática (Radelet & Sachs, 1998; Wade, 1998). Em segundo lugar, há um desconhecimento sobre a capacidade de pagamento dos tomadores de crédito, o que resulta em diversas perdas com esses empréstimos. Retomando o ponto inicial, verifica-se que a possibilidade de emprestar recursos do exterior demanda que taxas mais altas sejam praticadas (para tentar suprir a falta de informações sobre os credores). Tal movimento foi percebido em países emergentes da Ásia, pouco antes da ocorrência da crise naquele continente, em 1997 (Reinhart & Khan, 1995).

Em relação ao segundo motivo, o da problemática fiscal, observa-se que em países com dificuldade em fechar suas contas públicas, os bancos são estimulados a participar como

credores desta. A redução da confiança dos agentes privados sobre a capacidade deste pagamento da dívida por parte do governo faz com que estes agentes vendam seus títulos e, quanto às instituições que carregam tais títulos, passam a apresentar lacunas em seus balanços, especificamente em seus patrimônios líquidos (Mishkin & Eakins, 2012).

A presença de capital estrangeiro, unida a essas dificuldades fiscais de países em desenvolvimento, também pode levar ao chamado ataque especulativo (Radelet & Sachs, 1998), uma vez que os detentores de "moedas fortes" observam uma grande oportunidade de ganho através não só do diferencial de juros como também da questão cambial. Este aspecto também diferencia fortemente as crises financeiras de países desenvolvidos das que ocorrem em países em desenvolvimento. Nestes últimos, devido a essa possibilidade de ataque especulativo cambial, tem-se que a crise pode ser não apenas financeira como também monetária.

Uma crise monetária advinda de um cenário de crise financeira pode ocorrer porque, diferentemente dos países onde a alavancagem realizada é em moeda local, o endividamento ocorrido nos países em desenvolvimento tem como base essas "moedas fortes" (como o dólar); com os ativos sendo negociados em moeda local e os passivos em moeda estrangeira, um ataque especulativo sinaliza que sérios danos poderão ocorrer aos balanços das empresas (Mishkin, 2001).

A demonstração de perdas geradas por uma crise financeira, segundo Kaminsky (2003), se dá pela observação de perdas em diferentes situações: na produção; nas reservas do Banco Central; na depreciação da moeda nacional; no nível de restrição do crédito internamente e também na dificuldade de obtenção de crédito internacional após a crise em si.

Crises financeiras são momentos em que os ciclos econômicos estão em recessão. Os ciclos econômicos são originados a partir das flutuações dos níveis de atividade econômica de um país, geralmente expressas pelo Produto Interno Bruto (PIB). Em Knoop (2010), o autor cita o National Bureau of Economic Research (NBER), que é um órgão norte-americano responsável por datar os ciclos econômicos, como forma de explicar a divisão de um ciclo econômico completo em duas fases: recessão e expansão. Uma recessão é detectada quando ocorrem dois ou mais trimestres de crescimento negativo do PIB de forma consecutiva; de forma contrária, a expansão ocorre quando há dois ou mais trimestres de crescimento positivo.

Knopp (2010) ainda explica as medições dos ciclos econômicos baseadas em seus picos e vales, dado que o pico da expansão econômica é o momento em que o PIB atinge seu auge antes de começar a declinar. Então, o pico de uma expansão marca o início de uma recessão e, de forma contrária, o vale de uma recessão marca o início de uma expansão.

Buga et al. (2010) dão importância à crise financeira de 2008, no sentido de que aumentou

o uso das informações contábeis, pois, na teoria, poderia ter servido para se ter uma avaliação real do desempenho econômico das empresas envolvidas nesse período. Davis-Friday e Gordon (2005) explicam que, durante períodos de crises financeiras, as demonstrações contábeis podem perder valor informacional.

De acordo com Cheng, Dhaliwal e Neamitu (2010), os efeitos da crise financeira de 2008 tiveram como consequência um aumento na relevância de se estudar a atuação dos gestores no gerenciamento de resultados nas instituições financeiras, dada a relevância dos bancos na formação da economia.

Cohen et al. (2014) explicam que os *shareholders* de bancos têm uma preocupação antiga com o *tailrisk*, ou seja, caídas extremas no preço das ações dos bancos. A crise financeira ocorrida entre 2007 e 2009 apenas aumentou isso. Enquanto os reguladores estão mais preocupados com performance operacional do que com o preço das ações por si só, os *shareholders* estão preocupados demais com essa queda, pois isso acarreta a deterioração da performance futura, assim afetando um possível bônus.

Cohen et al. (2014) mostraram que assim como em outras empresas, bancos também exibem uma relação positiva entre gerenciamento de resultados e *tailrisk*. Entretanto, em contraste com essas empresas, esse risco bancário normalmente não é evidente em períodos "normais", ou seja, fora de recessão da economia. Assim, é complicado avaliar, mesmo com longos períodos de amostra. Mesmo assim, gerenciamento de resultados aparenta ter uma associação substancial com *tailrisk* em períodos de crise. Esse padrão impõe um desafio difícil para os reguladores, que estão mais preocupados com grandes perdas. O estudo sugeriu que gerenciamento de resultados é uma boa *proxy* para exposição a grandes perdas durante períodos de crises financeiras.

Silva, Weffort, Flores e Silva (2014) possuem um referencial para *proxies* de crises financeiras. Os autores citam grandes economistas como Kuznets, Mitchell, Schumpeter e Lucas para compreender que ciclos financeiros são flutuações da economia medidas através do PIB, sendo que os períodos de expansão ocorrem quando a maioria dos setores da economia tem crescimento positivo, e a recessão, quando estes começam a cair de forma negativa e, assim, continuam esse movimento de subida e queda, caracterizando ciclos. Os períodos de crises financeiras são esses períodos de recessão, ou seja, queda do PIB. De acordo com Chauvet (2002, citado por Silva et al., 2014), adotou a definição de recessão do NBER, que é a redução geral do PIB em vários setores da economia pelos últimos seis meses (dois trimestres), como já fora explicado por Knopp (2010).

2.2.1. Crise de 2007-2008 – *subprime* – e efeitos sobre o mundo

O século XXI ainda não completou sua segunda década, mas já apresentou a maior crise financeira após a Grande Depressão de 29.

A combinação entre a redução da taxa de juros a patamares mínimos, o direcionamento de crédito para o setor imobiliário e a desregulamentação deste setor (os primeiros dois itens são decorrentes diretamente dos ataques de 11 de setembro de 2001) foi responsável pela crise de 2008, conhecida como "crise do *subprime*" (Gontijo, 2008).

Outro fator se soma a esta arriscada mistura: o avanço no mercado de securitização financeira. Esta securitização é, em termos diretos, o transformar de uma dívida imobiliária contraída por um agente em um título de rendimento a outro agente. O problema é que a apresentação destes títulos a quem os adquiria fazia parecer que o risco era mínimo, quando, na realidade, era imenso.

O documentário *Inside Job* (2011), vencedor do Oscar desta categoria em 2011, apresenta a questão. Antigamente, aqueles que hipotecavam suas casas o faziam pagando diretamente aos bancos. Como este pagamento ocorria de maneira estável, segura e ao longo de muitos anos, estes bancos passaram a vender essas obrigações de recebimento a maiores instituições financeiras e de seguros que, por sua vez, uniam estes pagamentos a outros de menor segurança (como dívidas de cartão de crédito, parcelamentos de veículos e até o pagamento de anuidades estudantis em faculdades), transformavam essa obrigação de recebimento nos duvidosos CDO's (*Collaterized Debt Obligation*) e os vendiam a investidores como sendo títulos de baixo risco e alto retorno.

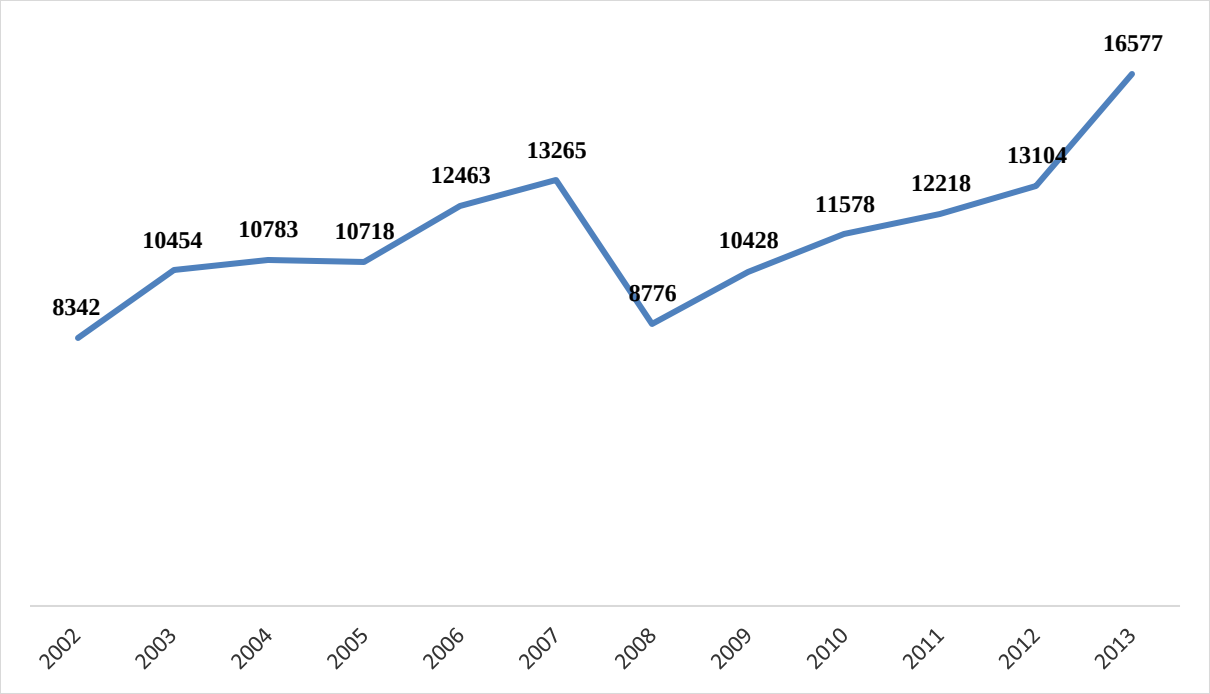
A situação fica ainda mais complicada quando se observa também, à época, que houve negligência entre as agências de *rating* (que devem avaliar a segurança dos ativos financeiros e atribuir notas a eles) e as empresas emissoras destes títulos (Portes, 2008), um claro problema de agência. Na prática, as empresas de *rating* não avaliavam os títulos, apenas atribuíam altas notas de qualidade (o famigerado AAA ou triplo A) para não perderem sua clientela. O filme *The Big Short* (2016) apresenta uma cena que representa muito bem o que ocorria: títulos que não tinham valor real tal qual eram apresentados eram avaliados como ótimos, apenas para que não se perdesse a parceria com grandes instituições financeiras.

Há um fator agravante em relação ao ocorrido: o fato de que, devido à remuneração por estes empréstimos gerar bônus a quem praticava as corretagens de acordo com o risco (quanto maior o risco, maior o retorno), aqueles que concediam os empréstimos e representavam diretamente a última escala que poderia fazer uma adequada análise de crédito optavam por

fazer vista grossa, em relação à capacidade de pagamento destes empréstimos. Também há o fato de que seguradoras vendiam um título reverso, que serviria para o caso de um CDO não ser pago: o chamado *Credit Default Swap* – CDS (Mizen, 2008). Estes CDS's não estavam sob regulação e, portanto, as empresas que os geravam não tinham nenhuma obrigação legal de manter alguma quantia financeira em caixa para eventuais perdas. Quando as perdas começaram, a maior seguradora do mundo, à época, AIG, quebrou.

Com todo este risco envolvido, bastou um aumento na inadimplência dos empréstimos que lastreavam todo o sistema para observar uma crise financeira de impacto global. Pode ser observado um declínio de 50% entre outubro de 2007 (quando eclodiram as informações sobre a crise) e março de 2009. Isso teve influência não apenas sobre a queda dos preços dos imóveis como também sobre o enfraquecimento de balanços de empresas e finanças pessoais.

Figura 2 – Histórico do Índice Dow Jones



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IPEA Data (2019).

Os efeitos da crise de 2008 foram globais (salvo poucos países como o Brasil), justamente devido à complexidade resultante do envolvimento dos títulos com diversos setores. Conforme afirma Gontijo (2008), ter dispersado o risco nos títulos não poupou tais setores do risco sistêmico dos mercados financeiros e, uma vez que estavam todos interligados por estes títulos, a crise em um mercado específico (no caso, o imobiliário) tinha impactos consideráveis sobre todos os outros.

Essa grande crise do século XXI resultou dos aspectos apresentados anteriormente:

assimetria informacional, complexidade de investimentos financeiros e grande abertura de crédito.

Dado o contexto do segundo tópico da literatura sobre crises financeiras, o que caracteriza e como é determinada uma crise, designa-se formalmente a segunda hipótese deste trabalho:

H_2: Durante períodos de crises financeiras, o gerenciamento de resultado através da PCLD aumenta nos bancos.

2.3. Gerenciamento de Resultados e Crises Financeiras

Crises financeiras afetam o andamento de atividades de empresas financeiras diretamente. De acordo com Cimini (2015), o efeito é de um maior conservadorismo e redução na "criatividade" do gerenciamento contábil durante e imediatamente após uma crise, uma vez que, diante de uma imensa assimetria informacional que gera uma crise, o objetivo de médio e longo prazo passa a ser justamente o de reduzir tal assimetria, a fim de encontrar um novo equilíbrio. Melhoram-se tanto a qualidade dos resultados apresentados em relatórios como também a qualidade das auditorias.

O gerenciamento de resultado tem efeitos positivos ou negativos para a estabilidade do sistema financeiro, e esse efeito depende do tipo de gerenciamento utilizado. A suavização de resultados é um tipo de gerenciamento de resultado que pode ter efeitos positivos para a estabilidade do sistema financeiro, caso ajude os bancos a permanecerem estáveis, reduzindo a volatilidade dos lucros ou efeitos negativos ao contribuir para a quebra do sistema e *distress risk* (Kim, Li, Ma, & Song, 2016).

Recentemente, o debate sobre a estabilidade do sistema financeiro focou-se na estabilidade dos bancos cuja falha (ou instabilidade) pode ter sérias consequências para a estabilidade do sistema como um todo, exigindo, assim, um exame excessivo dos indicadores de desempenho financeiro bancários, numa perspectiva regulatória. (Black, Correa, Huang, & Zhou, 2016)

A PCLD é o principal *accrual* para o banco, porque ela transmite informação sobre a futura deterioração da qualidade da carteira de empréstimos do banco. Entretanto, as normas contábeis têm prestado menos atenção ao papel da PCLD como um número contábil e se voltado para a estabilidade do sistema financeiro. Isso só se tornou mais relevante para o atual debate, pois substituiu o modelo de provisionamento de perdas incorridas por um modelo de provisionamento de perdas esperadas, para garantir a estabilidade do sistema financeiro (Andreou et al., 2017, Marton & Runesson, 2017).

Olhando para o cenário brasileiro especificamente, Mota e Paulo (2017) analisam, entre 2000 e 2015, à luz da teoria dos ciclos econômicos de Schumpeter e do estudo das variações do PIB no período, que o gerenciamento de resultados varia conforme a fase de ciclo econômico em que a empresa se encontra. Nas fases de expansão e recuperação, utilizam-se dos *accruals* discricionários e, em fases de contração e recessão, de decisões operacionais.

Ainda sobre o cenário brasileiro, mas agora especificamente em relação ao mercado de capitais, Silva et al (2014), ao analisar o período de 1997 a 2009 e utilizar a ocorrência de

accruals discricionários como *proxy* de gerenciamento de resultados, mostraram que existe uma relação significativa entre a existência de uma crise e a utilização desta prática.

El Sood (2012) analisou 878 bancos americanos durante o período de 2001 a 2009. Para ele, os bancos utilizam mais PCLD para suavizar resultados quando atingem seu capital regulatório mínimo, quando não estão em períodos de recessão e quando são mais lucrativos. Ao comparar os anos de pré-crise entre 2002 e 2006 com os de crise entre 2007 e 2009, ele encontrou que os bancos se utilizam da PCLD mais extensivamente durante o período de crise para suavizar resultados para cima.

Flores (2012) fez uma comparação dos mercados acionários brasileiro e norte-americano, que também utilizaram como *proxy* de gerenciamento de resultados os *accruals* discricionários. Novamente, a análise estatística indicou que os períodos de crise, tanto no Brasil quanto nos EUA, levam empresas a fazerem mais gerenciamento de resultados do que em períodos de estabilidade ou crescimento.

Para Huizinga e Laeven (2012), bancos geralmente têm um incentivo para usar discricionariedade sobre as regras contábeis para minimizar alterações nas informações contábeis e aumentar o capital. Esse incentivo é particularmente forte em tempos de crises financeiras, quando os balanços estão sob pressão. Quando a dificuldade bancária é generalizada, os reguladores geralmente são mais pacientes para evitar uma possível falência dos bancos e seu efeito sobre a economia e o sistema financeiro e, assim, aprimoram a habilidade dos bancos de gerenciar os resultados.

Analisando o cenário europeu, o trabalho de Iatridis e Dimitras (2013) analisou as consequências das crises financeiras nas empresas europeias, em conjunto com o gerenciamento de resultado. Para o estudo, os autores utilizaram empresas com dificuldades financeiras auditadas pelo grupo *Big Four* (composto pelas quatro maiores firmas de auditoria do mundo). Os resultados mostraram que as empresas da Grécia e da Espanha reduzem o gerenciamento de resultados durante a recessão. Em contraste, empresas de Portugal, Irlanda e Itália mostraram resultados mistos, ou seja, tendem a reduzir a prática de gerenciamento, mas há razões que influenciam o comportamento dos gestores no sentido de aumentá-la.

De acordo com Francis, Michas e Yu (2013), as crises financeiras do século XXI forneceram subsídios para que mudanças no tocante à qualidade das informações contábeis fossem colocadas como prioridade, com o objetivo de reduzir a assimetria informacional existente e aumentar o conteúdo informacional das informações contábeis.

A ocorrência desta grande crise no século XXI acaba por gerar um impacto enfim positivo para a contabilidade: esta tem de se atentar ao grau de transparência que pode oferecer aos

gestores da empresa e também a todos os *stakeholders*, pois, como visto, a assimetria informacional consegue causar grandes danos que vão muito além das empresas que gerenciam seus resultados, legal ou ilegalmente.

Habib, Bhuiyan e Islam (2013) analisaram o gerenciamento de resultados gerenciais de empresas com dificuldades financeiras na Nova Zelândia, como também consideraram se estas práticas mudaram durante as recentes crises financeiras globais. Os resultados encontrados mostraram que as empresas com dificuldades financeiras se empenhavam mais em gerenciar resultados comparadas com as que estavam em situação estável. Os autores também demonstraram que o mercado da Nova Zelândia considera *accruals* discricionários informativos apenas em períodos de ausência de crise.

Curcio et al. (2014) testaram a hipótese de suavização de resultados e gerenciamento de capital para bancos chineses durante períodos de crise. Eles encontraram que os bancos usam PCLD para suavizar lucros, mas não para gerenciar níveis de capital. Também observaram que os bancos chineses listados exibem menor comportamento de suavização, comparados aos bancos não listados.

Ozili e Outa (2017) investigaram se o modo como os bancos africanos usam a PCLD para suavizar lucros é influenciado pelos incentivos do mercado de capitais, após controle dos determinantes não discricionários da PCLD e das flutuações dos ciclos econômicos. Eles encontraram que: os bancos africanos usam PCLD para suavizar lucros, bancos listados usam PCLD mais do que os não listados e o provisionamento nos bancos é procíclico nas flutuações econômicas.

Cavallo e Majnoni (2002), preocupados com o efeito procíclico da PCLD na regulação de capital bancário, investigaram se os bancos provisionam empréstimos ruins em tempos bons da economia, enquanto controlam o incentivo dos bancos em relação ao uso de PCLD para suavizar lucros reportados. Eles examinaram 1176 bancos comerciais divididos em países do G10 (maioria) e países fora do grupo, entre 1988 e 1999. Depois de controlar os fatores macroeconômicos e institucionais dos diferentes países, eles encontraram evidências de suavização de resultados entre os bancos do G10, mas não para os países fora do grupo.

Kar (2015) realizou uma análise entre países para investigar o uso da PCLD para suavizar os lucros reportados entre 1294 instituições de microfinanças de 103 países, durante 1996 e 2013. O estudo encontrou que tais instituições usam PCLD para suavizar ganhos reportados. Também observou que o comportamento da PCLD nessas instituições é procíclico com as flutuações dos ciclos econômicos.

Ao utilizar o termo procíclico, significa que quando os bancos entram em um período de

recessão, a resposta racional dos gestores bancários é diminuir os empréstimos e aumentar as provisões. Um aumento no provisionamento bancário durante períodos recessivos reduzirá ainda mais a margem de juros líquida e, em consequência, o lucro geral do banco, piorando o estado dos bancos durante a recessão. Se a recessão se prolongar, o capital do banco pode ser completamente eliminado. Esse é o argumento para o comportamento procíclico da PCLD, ou seja, a relação negativa entre a provisão discricionária e o crescimento real do PIB após controlar para efeitos não discricionários como outros fatores (Ozili & Outa, 2017)

Bikker e Metzemakers (2005) forneceram evidências sobre a prociclicidade da PCLD para suavizar resultados. Liu e Ryan (2006) mostraram que os bancos adiantam os prejuízos durante períodos de inflação. De acordo com Bikker e Metzemakers assim como para Beatty e Liao (2014), o comportamento de provisionar dos bancos é amplamente pro cíclico. Assim, provisionamentos foram usados para ocultar a suavização de resultados durante o *boom* dos anos 1990.

Segundo Beatty e Liao (2014), crises financeiras aumentam o recente intenso debate na associação entre mudanças contábeis e crises financeiras. Por exemplo, a acusação da contabilidade de valor de mercado após a crise de 2008, juntamente com a importância econômica dos requisitos de liquidez e exigência de capital dos bancos, mostra o papel econômico vital da contabilidade bancária.

Dado o contexto do terceiro tópico da literatura sobre crises financeiras e gerenciamento de resultados e as relações entre si, designa-se formalmente a terceira hipótese deste trabalho:

H_3: Durante períodos de crises financeiras, existe uma interação entre o efeito do lucro e da crise ao mesmo tempo, aumentando ainda mais o gerenciamento de resultado através da PCLD.

2.4. Basileia III, IFRS 9 e seu impacto na PCLD pós crise 2007-2008

Após os efeitos da crise financeira de 2008 e o criticismo contra o acordo Basileia II, o Comitê de Basileia propôs uma grande mudança que levou ao acordo Basileia III. A principal crítica contra o Basileia II (assim como contra o Basileia I) era a prociclicidade com as variações dos ciclos econômicos.

2.4.1. Histórico

O Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) foi criado em 1974 como resposta ao fim do Sistema Monetário Internacional, baseado em taxas de câmbio fixas. Posteriormente, ocorreu a falência de um dos maiores bancos internacionais da época, o *Bankhaus Herstatt*, que causou um efeito dominó no mercado financeiro. Como resultado, o G-10 estabeleceu o Comitê de Regulamentação Bancária e Práticas de Supervisão. Posteriormente renomeado como BCBS, este comitê tem o objetivo principal de assegurar estabilidade financeira, visando melhorar a qualidade do setor, assim como fortalecer a segurança do sistema bancário internacional (BIS, 2019).

Em 1988, o Comitê de Basileia criou o acordo Basileia I, que refinou sua estrutura para lidar com os riscos de mercado, além do risco de crédito. Uma parte crucial foi que os bancos puderam usar um modelo interno para medir seus pré-requisitos de capital de risco de mercado, que estavam sujeitos a diretrizes quantitativas e qualitativas (BIS, 2019). Entretanto, isso levou a um aumento na redução dos reais fatores de ponderação dos ativos, ocultando, assim, as reais exposições ao risco de crédito dos bancos e fazendo, assim, com que os resultados começassem a ser gerenciados (Vousinas, 2015).

A criação do Basileia II foi estabelecida pelas deficiências do Basileia I, especificamente no que se refere aos pesos de risco de crédito reais e aplicados. O Basileia II reforçou três pilares: requisição mínima de capital, processo de revisão de supervisão e disciplina de mercado. Os três são estreitamente interligados, inter-relacionados e reforçando-se mutuamente na salvaguarda contra o risco operacional dos bancos.

Mesmo antes da crise de 2008, a exigência de fortalecer ainda mais o Basileia II tornou-se significativa. Uma quantidade excessiva de alavancagem e insuficiente amortecimento de liquidez, combinados com uma governança e gestão de riscos deficientes, gerou os graves impactos da recessão mundial e da crise financeira. Métodos criativos de estimativa do risco de crédito e produtos financeiros complexos como derivativos agravaram a situação. (BIS, 2019).

Segundo Tanda (2015), a última crise financeira evidenciou o quanto a regulação de capital é necessária para a estabilidade do sistema financeiro. O Basileia III foi uma das respostas a essa crise financeira.

2.4.2. Basileia e PCLD

Conforme resumem Ozili e Outa (2017), o tratamento da PCLD no acordo Basileia I deveria representar 1,25% dos ativos ponderados pelo risco no capital de Nível 2. Entretanto, os reguladores bancários de cada país poderiam exercer seu próprio critério para exceder tal limite, com o intuito de atender às necessidades regulatórias de seu setor bancário.

Sob o Basileia II, o modelo de provisionamento antecipa as perdas antes que elas ocorram. De acordo com a abordagem interna baseada no risco, as perdas esperadas são totalmente cobertas pela PCLD, e a diferença entre a PCLD e as perdas esperadas é alocada ao capital. Por essa abordagem, exigia-se que os bancos escolhessem sua própria metodologia de avaliação de risco e provisões, desde que fosse completamente abrangente e sistêmica. Entretanto, permitia o provisionamento em apenas um momento, por exemplo: no início do ano de referência. (Ozili & Outa, 2017).

Os requisitos de capital regulatório do Basileia III sob o Pilar I são projetados para cobrir perdas inesperadas porque as perdas esperadas foram reconhecidas pela PCLD e, portanto, deduzidas do capital do banco. O BCBS reconhece que o cálculo das medidas de risco difere na definição regulatória e contábil. O Basileia III define a PCLD como perdas esperadas para 12 meses, enquanto o IFRS 9 define a PCLD como a perda esperada em 12 meses para ativos não deteriorados e para todo o período remanescente para instrumentos financeiros que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Além disso, o Basileia III exclui fatores de risco macroeconômico, enquanto o IFRS 9 considera o estado econômico atual e as previsões de futuros estados para os instrumentos.

Como mencionado acima, o Basileia III assume que as provisões cubram as perdas esperadas, enquanto o capital regulatório requerido cobre as inesperadas. A PCLD do IFRS 9 é baseada em cálculos de perdas esperadas que diferem do valor de perdas esperadas sob o regulamento de Basileia, por algumas razões específicas. Primeiro, o horizonte de tempo diferente em quais possíveis perdas precisam ser consideradas. A estrutura do Basileia III é baseada em um horizonte de 12 meses, enquanto os padrões contábeis consideram todo o tempo de vida restante pelo menos de alguns ou mesmo de todos os ativos financeiros. Segundo, as condições econômicas são tratadas de maneira diferente. O IFRS 9 obriga as instituições a

contabilizar para as condições econômicas atuais. Em contraste, na regulação de Basileia, a PCLD é considerada livre do risco macroeconômico. Apesar dessas diferenças pontuais, o conceito de perda esperada foi adotado.

O IASB (2011) e o FASB (2011) propuseram substituir o modelo de perda incorrida para perdas esperadas, pois assim essa abordagem reconhece as perdas esperadas que refletem o valor econômico dos instrumentos financeiros. O IASB (2014) introduziu o IFRS 9 e estipulou-o como mandatório desde 2018. Apesar de os Estados Unidos não serem obrigados a aderir ao IFRS, devem seguir ao FASB, como o Basileia III estipulado pelo BCBS.

2.4.3. Perdas Incorridas *versus* Perdas Esperadas

Giner e Mora (2019) explicam que antes da crise de 2008, a norma contábil IAS 39 determinava um modelo de perda incorrida para a PCLD. Nesse modelo, a redução ao valor recuperável do empréstimo era focada em provisões esperadas em que as perdas já tinham acontecido. Considerava que as provisões esperadas seriam derivadas de eventos passados e presentes (ou seja, as perdas incorridas) e simplesmente excluía o efeito esperado de eventos futuros (com base em informações prospectivas). Uma pergunta importante é: "qual parte da perda esperada deve ser tratada como uma provisão no período da informação financeira?" Para essa resposta, um evento-chave deve ser identificado. Entretanto, como apontado por Camfferman (2015), a distinção entre os modelos de perda incorrida e esperada não é tão óbvia. Além disso, fazer uma distinção nítida entre eles é um fenômeno relativamente novo.

O modelo de perda incorrida adota uma visão mais restrita da redução do crédito do que a observada no modelo de perdas esperadas, pois considera o valor recuperável do ativo. No novo modelo de perdas esperadas, corrigem-se tais deficiências, pois os eventos futuros esperados causam impacto no valor da provisão esperada. O valor do ativo é o valor presente de seus fluxos de caixas líquidos esperados, incluindo perdas esperadas, não importando exclusivamente se já ocorreram ou se vão ocorrer, mas sim uma combinação. Giner e Mora (2019) criticam a mensuração confiável e econômica do modelo de perda esperada, citando que, para empréstimos, não fica clara a eficiência do mercado. Por isso, o modelo de perda incorrida perdurou por tanto tempo, limitando o gerenciamento de resultados.

Cohen et al. (2014) mostraram que os bancos norte-americanos administraram os lucros através da PCLD durante a crise e aqueles que se comportaram de forma mais agressiva, antes de 2007, exibiram risco de mercado substancialmente maior quando a crise começou. Morris et al. (2016) confirmam que os bancos dos EUA usaram PCLD para suavizar os lucros reportados,

e entre 2006-2008 a discrição parece ter sido usada para acumular despesas adicionais, o que é inconsistente com o modelo de perda incorrida. Cohen e Edwards (2017) mostram que não foi apenas isso; durante a crise, o modelo de perda incorrida foi criticado por algumas partes interessadas (principalmente reguladores e supervisores bancários), já que sua abordagem retrógrada levou a um reconhecimento tardio das perdas que viriam a acontecer, atrasando tal informação em relatórios, induzindo a mais empréstimos bancários e, consequentemente, promovendo a prociclicidade.

Assim, conforme mostrado por Giner e Mora (2019), Hashim, Li e O'Hanlon (2019), Papouskova e Hajek (2019), os bancos geram suas carteiras de crédito através da perda esperada. Sua fórmula é calculada como PD (*probability of default*) x EAD (*exposure at default*) x LGD (*loss given default*), em que PD é a probabilidade de inadimplência, EAD é a exposição por *default*, LGD é a perda via inadimplência. O PD, também conhecido como pontuação de crédito, refere-se à probabilidade de um cliente inadimplir seu empréstimo em um determinado horizonte de tempo. EAD representa o tamanho esperado da exposição no momento do padrão. A LGD é a proporção de uma determinada exposição que se espera que seja perdida, se o cliente se tornar inadimplente.

Vale destacar a Resolução Nº 2682/99 sob regulação do Banco Central do Brasil (BACEN) para os bancos que operam no cenário nacional, que descreve critérios de classificação das operações de crédito e regras para PCLD. Esse cálculo já considerava desde 1999 o modelo de perda esperada, com os parâmetros de risco PD, LGD e EAD, no momento de observação da inadimplência, determinando assim o montante para a provisão. (BACEN, 1999).

Dado o contexto do quarto tópico da literatura sobre o cálculo de PCLD pelo modelo de perda esperada com a obrigatoriedade do IFRS 9, a dúvida de autores em relação à utilização deste para gerenciamento de resultados em bancos e o trabalho análogo de Hamadi et al. (2016) sobre o impacto do Basileia II, designa-se formalmente a quarta hipótese deste trabalho:

H_4: O aumento da discricionariedade proporcionado pelo IFRS 9 impacta em maior gerenciamento de resultados nos bancos através da PCLD.

3. METODOLOGIA

3.1. Seleção da Amostra

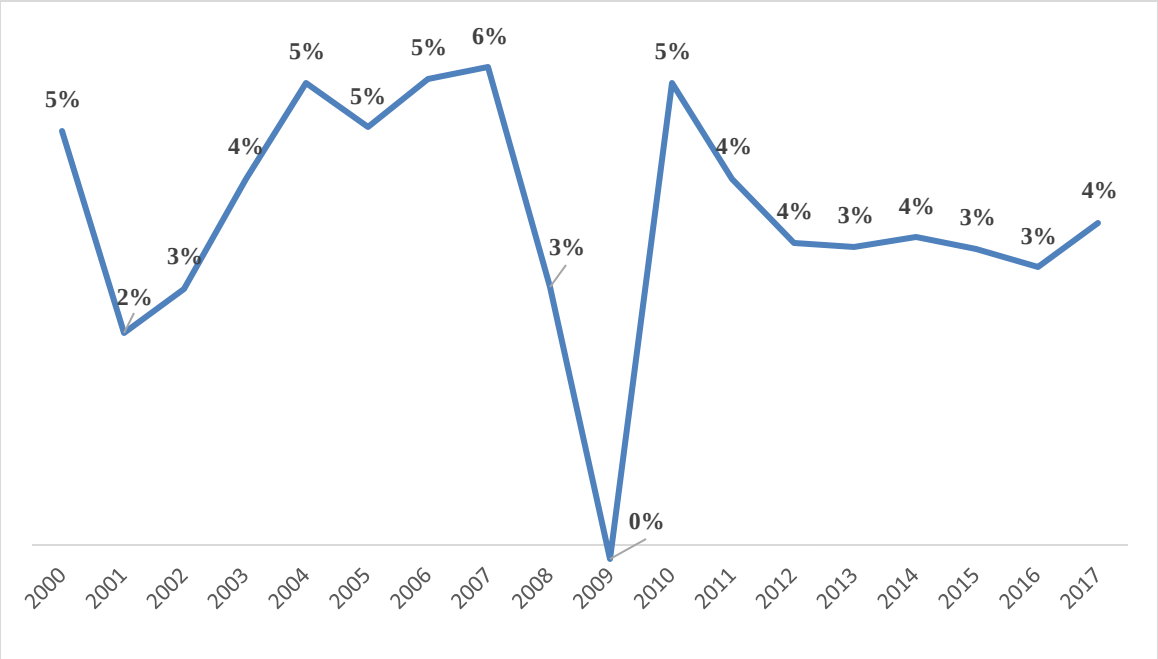
Para composição da amostra foi utilizada a base de dados da Thomson Reuteurs, base de dados internacional com cobertura global, que contém dados financeiros e históricos de mais de 50 anos; e, segundo a plataforma, são dados que abrangem aproximadamente 98% das empresas de capital aberto do mundo.

A classificação *Global Industry Classification Standard* (GICS) é uma classificação global comum, padronizada pelos participantes dos mercados financeiros. Ela é classificada em 11 setores, 24 grupos industriais, 68 indústrias e 157 subindústrias. Dado o foco em bancos, dentre as 68 categorias de indústrias, foi escolhido apenas *banks* para compor o estudo.

A seleção da amostra abrange o período de 2005 a 2018 para teste das Hipóteses 1,2 e 3, pois este intervalo de tempo corresponde ao período pré-crise 2007-2008 e suas consequências e períodos de instabilidade financeira ao longo dos anos, analisando-se, assim, até o último período de dado disponível, como também possibilitando a aplicação para o impacto do IFRS 9. Em relação ao impacto do IFRS 9, como há apenas dados com obrigatoriedade em 2018, foi feita a análise *versus* 2017, pois assim é possível verificar se há mudança no gerenciamento de um ano para o outro e testar a Hipótese 4. O ano de 2004 também foi coletado para construção das variáveis de variação.

Como forma de representar todos os países do mundo, foi feita a escolha do G20. Essa *proxy* de representatividade pode ser explicada tanto pelos gráficos abaixo, cujos efeitos no PIB são similares, como também pelo trabalho de Ozili e Outa (2017), que reforça a necessidade de estudos em blocos maiores de países.

Figura 3 – Histórico do PIB Mundial



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do FMI (2019).

Figura 4 – Histórico do PIB do G20

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do FMI (2019).

A tabela abaixo descreve a amostra final de observações:

Tabela 1 – Número de Observações Total

Amostra Inicial de Observações	16.080
Número Inicial de Bancos	1.072
Número Inicial de Países	40
(-) Eliminação de Obs.com Informação Nula	(9.691)
(=) Subtotal 1	6.389
(-) Eliminação de Obs. com Variável Nula	(483)
(=) Subtotal 2	5.906
(-) Eliminação de Quantidade Mínima de Observação por Banco - 5	(450)
(=) Subtotal 3	5.456
(-) Eliminação de Quantidade Mínima de Observação por País - 3	(121)
(=) Amostra Final de Observações	**5.335**
Número Final de Bancos	518
Número Final de Países	23

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da Thompson (2019).

A extração pela Thomson Reuteurs mantém o máximo de bancos que aparecem na amostra – 1.072 – e considera os dados para todos os anos coletados – 2004 a 2018 juntamente ao total de países do G-20 – 40 países, contidos na base.

O primeiro passo de eliminação consistiu em excluir qualquer observação com dado nulo da própria base. O segundo passo consistiu na eliminação de variáveis construídas a partir das informações da base que tiveram valor nulo. Com o cálculo das variáveis que mensuram a variação anual, o ano de 2004 é completamente excluído. O terceiro passo constituiu-se da exclusão de bancos que não tinham o mínimo de cinco observações no período. O quarto e último caracterizou-se pela exclusão de países que não continham ao menos três bancos remanescentes. Após todo o processo, obtém-se uma redução de 16.080 observações para 5.335 na amostra final.

Durante todo o período analisado de 2005 a 2018, a quantidade de observações por ano é relevante, assim como a representatividade dos diversos países. Abaixo seguem tabelas mostrando a quantidade de observações inicial e final por ano, assim como a quantidade de banco inicial e final por país da amostra.

Em relação aos países com baixo número de bancos disponíveis ou informações excluídas, não foi feita uma análise de país a país sobre a relevância ou a quantidade de bancos extraídos, dado que o objetivo do trabalho é identificar gerenciamento de resultados em crises financeiras de modo internacional. O foco do estudo é uma amostra com intervalo de tempo relevante assim como uma distribuição de bancos por diferentes países.

Tabela 2 – Número de Observações por Ano

Número Inicial de Observações	16.080
Por ano	1.072
Número Final de Observações	5.335
2005	253
2006	282
2007	298
2008	321
2009	338
2010	348
2011	368
2012	373
2013	445
2014	449
2015	451
2016	468
2017	472
2018	469

Fonte: Elaboração própria (2019).

Tabela 3 – Número de Observações por País

	Observações			Observações	
Banco/País	Inicial	Final	Banco/País	Inicial	Final
África do Sul	6	6	Reino Unido	14	4
Arábia Saudita	11	10	Rússia	12	6
Argentina	7	6	Suécia	5	3
Austrália	7	6	Alemanha	6	0
Áustria	7	3	Bélgica	2	0
Brasil	18	8	Bulgária	4	0
Canadá	9	8	Chipre	3	0
China	48	32	Croácia	8	0
Coréia do Sul	10	4	Eslováquia	4	0
Dinamarca	20	10	Eslovênia	1	0
Espanha	8	6	Estônia	1	0
Estados Unidos	610	261	Finlândia	4	0
França	17	6	Holanda	4	0
Grécia	5	4	Hungria	1	0
Indonésia	44	31	Índia	41	0
Irlanda	3	3	Lituânia	1	0
Itália	16	4	Malta	4	0
Japão	87	81	Portugal	1	0
México	6	4	República Checa	2	0
Peru	12	12	Romênia	3	0

TOTAL	1072	518

Fonte: Elaboração própria (2019).

3.2. Modelo e Variáveis

Como ponto de partida para definição dos modelos utilizados assim como as variáveis construídas da extração da base de dados, foi feito um levantamento e entendimento da bibliografia sobre PCLD, gerenciamento de resultados e crises financeiras em bancos, com foco em pesquisas recentes. O Quadro 3 resume as variáveis escolhidas que levaram à construção do modelo, principalmente para as variáveis de controle.

Para construção das variáveis, os seguintes dados de bancos foram extraídos da base Thomson Reuteurs, de 2004 a 2018:

- País-sede;
- Total de Ativos;
- Total de Patrimônio Líquido;
- Total de Empréstimos;
- Reserva de PCLD;
- Créditos não produtivos;
- Lucro antes de Impostos;
- Despesa de PCLD.

Para completar a construção das variáveis, também foram coletados:

- Dados trimestrais do PIB de todos os países desde 2001, extraídos do *site* do Banco Mundial (World Bank, 2019);
- Identificação do ano em que cada país membro do G-20 adotou (ou não) ao IFRS dado informações do *site* do IFRS (IFRS, 2019).

A definição de crises financeiras seguiu de acordo com o levantado pelo referencial, principalmente na definição de Knopp (2010), sendo crises financeiras momentos de recessão na economia e a recessão é a queda de pelo menos dois trimestres com crescimento negativo do PIB de forma consecutiva.

Para teste da Hipótese 4, conforme explicado anteriormente, será analisada a mudança na obrigatoriedade entre 2017 e 2018 para um possível aumento no gerenciamento de resultados intensificados pela adoção do IFRS 9.

Quadro 3 – Levantamento Bibliográfico das Variáveis

Variável	Tipo	Definição	Estudos Anteriores
LLP	Dependente	Despesa de PCLD em relação ao ativo total	Todos os citados abaixo (maioria como variável dependente)
EBTP	Independente	Lucro antes de Impostos e PCLD em relação ao ativo total	Martinez (2001), Goulart (2007), Kanagaretnam et al. (2010), El Sood (2012), Berger e Bouwman (2013), Silva et al. (2014), Cummings e Durrani (2016), Hamadi et al. (2016), Macedo e Kelly (2016), Morris et al. (2016) Curcio et al. (2017), Nez et al. (2017), Ozili e Outa (2017), Caporale et al. (2018), Elnahass et al. (2018), Maso et al. (2018), Aristei e Gallo (2019)
REC	Independente	Variável *Dummy* com valor 1 se o ano foi de recessão e 0 se não	El Sood (2012), Flores (2012), Berger e Bouwman (2013), Silva et al. (2014), Cohen et al. (2014), Curcio et al. (2017), Menezes Junior (2017), Ozili e Outa (2017), Caporale et al. (2018), Elnahass et al. (2018)
EBTPxREC	Independente	Variável de interação entre o lucro e a recessão	El Sood (2012), Berger e Bouwman (2013), Curcio et al. (2017), Ozili e Outa (2017), Caporale et al. (2018),
IFRS9	Independente	Variável *Dummy* com valor 1 para 2018 e 0 para 2017	Hamadi et al. (2016) para Basileia II
EBTPxIFRS9	Independente	Variável de interação entre o lucro e o IFRS9	Hamadi et al. (2016) para Basileia II
LOANS	Controle	Empréstimos totais em relação ao ativo total	Kanagaretnam et al. (2010), Hamadi et al. (2016), Morris et al. (2016), Curcio et al. (2017), Marton e Runesson (2017), Ozili e Outa (2017), Caporale et al. (2018), Maso et al. (2018), Aristei e Gallo (2019), Riahi (2019)
ΔLOANS	Controle	Variação entre dois períodos dos empréstimos totais dividido pelo total do ano	Kanagaretnam et al. (2010), El Sood (2012), Berger e Bouwman (2013), Cohen et al. (2014), Hamadi et al. (2016), Macedo e Kelly (2016), Morris et al. (2016), Menezes Junior (2017), Ozili e Outa (2017), Elnahass et al. (2018), Maso et al. (2018), Aristei e Gallo (2019), Riahi (2019)
LLA	Controle	Reserva de PCLD em relação ao ativo total	Kanagaretnam et al. (2010), Beck and Narayanmoorth (2013), Morris et al. (2016), Maso et al. (2018)
NPL	Controle	Créditos não produtivos em relação ao ativo total	Cummings e Durrani (2016), Hamadi et al. (2016), Morris et al. (2016), Curcio et al. (2017), Marton e Runesson (2017), Ozili e Outa (2017), Caporale et al. (2018), Maso et al. (2018), Aristei e Gallo (2019), Riahi (2019)
EQUITY	Controle	Patrimônio Líquido em relação ao ativo total	Ozili e Outa (2017), Elnahass et al. (2018), Maso et al. (2018), Aristei e Gallo (2019)
LnTA	Controle	Logaritmo natural do Total de Ativos	Kanagaretnam et al. (2010), El Sood (2012), Beck and Narayanmoorth (2013), Berger e Bouwman (2013), Silva et al. (2014), Cohen et al. (2014), Hamadi et al. (2016), Curcio et al. (2017), Marton e Runesson (2017), Menezes Junior (2017), Ozili e Outa (2017), Caporale et al. (2018), Elnahass et al. (2018), Maso et al. (2018), Aristei e Gallo (2019), Riahi (2019)
IFRS	Controle	Variável *Dummy* com valor 1 a partir do ano em que o país adotou o padrão IFRS e 0 se não	Marton e Runesson (2017), Menezes Junior (2017), Maso et al. (2018)
ΔGDP	Controle	Variação entre dois períodos do PIB, dividido pelo total do ano	Kanagaretnam et al. (2010), Cummings e Durrani (2016), Hamadi et al. (2016), Curcio et al. (2017), Marton e Runesson (2017), Ozili e Outa (2017), Caporale et al. (2018), Elnahass et al. (2018), Aristei e Gallo (2019), Riahi (2019)

Fonte: Elaboração própria (2019).

Com o objetivo de analisar o gerenciamento de resultados em bancos, os efeitos de crises financeiras no gerenciamento de resultados, a relação entre crises financeiras e gerenciamento de resultados nos bancos e o impacto do IFRS 9 e, com base na bibliografia levantada, conforme a ordem das hipóteses, os seguintes modelos são definidos:

$$LLP_{it} = \beta_0 + \beta_1 EBTP_{it-1} + \sum_{j=1}^{n} \beta_j \, Controls_{jit} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$LLP_{it} = \beta_0 + \beta_1 REC_{it} + \sum_{j=1}^{n} \beta_j \, Controls_{jit+1} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$LLP_{it} = \beta_0 + \beta_1 EBTP_{it-1} + \beta_2 REC_{it} + \beta_3 EBTP_{it-1} \times REC_{it} + \sum_{j=1}^{n} \beta_j \, Controls_{jit+1} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

$$LLP_{it} = \beta_0 + \beta_1 EBTP_{it-1} + \beta_2 IFRS9_{it} + \beta_3 EBTP_{it-1} \times IFRS9_{it} + \sum_{j=1}^{n} \beta_j \, Controls_{jit+1} + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Sendo LLP_{it} = PCLD em relação ao ativo total, para o banco *i* no ano *t* como variável dependente nas quatro hipóteses a serem testadas, ou seja, entender se as variáveis independentes são estatisticamente significativas, mesmo após o uso de variáveis de controle, demonstrando, assim, a discricionariedade na formação da provisão.

$EBTP_{it-1}$ = Lucro antes de Impostos e PCLD em relação ao ativo total, para o banco *i* no ano *t-1* como variável independente para as hipóteses 1,3 e 4. O $EBTP_{it-1}$ é usado como variável defasada, pois o gestor baseia-se no lucro passado para atingir o esperado no ano *t*. É esperado um sinal positivo para o coeficiente, pois, conforme defendido na hipótese 1, a PCLD se baseia no lucro do ano anterior para o gerenciamento. Caporale, Alessi, Colli e Lopez (2018) complementam que o sinal também pode ser negativo; ele é positivo para o gerenciamento de resultados através da suavização, mas negativo para efeitos procíclicos.

REC_{it} = *Dummy* com valor 1 para crise financeira; 0 se não, para o banco *i* no ano *t* como variável independente para as hipóteses 2 e 3. A REC_{it} foi marcada como 1 para o ano *t* quando este apresentou no mínimo dois trimestres de recessão no ano, sendo assim entendido que o ano foi de recessão. O conceito utilizado nesta pesquisa de crise financeira considera uma percepção mais abrangente do que a da recessão econômica. É esperado um sinal positivo para o coeficiente, pois, conforme defendido na hipótese 2, durante períodos de crises financeiras, o gestor gerencia mais seu resultado.

$EBTP_{it-1} x REC_{it}$ = Variável de interação entre $EBTP_{it-1}$ e REC_{it} como variável independente para a hipótese 3. É esperado um sinal positivo para o coeficiente, pois, conforme defendido na

hipótese 3, durante períodos de crises financeiras, essa interação aumenta mais ainda o uso da PCLD. Curcio, Simone e Gallo (2017) também concluíram que os bancos estão ainda mais envolvidos na prática de suavização de resultados durante períodos de crises financeiras.

$IFRS9_{it}$= *Dummy* com valor 1 para o ano de 2018; 0 para 2017, para o banco *i* no ano *t* como variável independente para a hipótese 4, conforme adoção do IFRS 9. É esperado um sinal positivo para o coeficiente, pois, conforme defendido na hipótese 4, um aumento na discricionariedade do IFRS 9 permite maior gerenciamento de resultado através da PCLD.

$EBTP_{it-1}$x$IFRS9_{it}$ = Variável de interação entre $EBTP_{it-1}$ e $IFRS9_{it}$ como variável independente para a hipótese 4. É esperado um sinal positivo para o coeficiente, pois, conforme defendido na hipótese 4, com a maior discricionariedade do IFRS 9, essa interação aumenta ainda mais o uso da PCLD, refletindo também no lucro. Para ambos os casos da variável $IFRS9_{it}$ e $EBTP_{it-1}$x$IFRS9_{it}$, há o estudo análogo de Hamadi et al. (2016) mostrando como Basileia II implicou em maior gerenciamento de resultado para atingir objetivos regulatórios.

$LOANS_{it}$ = Empréstimos em relação ao ativo total e $\Delta LOANS_{it}$ = Variação de Empréstimos entre *t* e *t-1* em relação ao ativo total, para o banco *i* no ano *t* como variável de controle para todas as hipóteses, dado que representam o tamanho da carteira de crédito. Apesar de Caporale et al. (2018) e Aristei e Gallo (2019) esperarem um sinal positivo do coeficiente porque ambas as variáveis são fontes para o crédito de risco do banco, El Sood (2012) previu sinal negativo pois estas variáveis dependem do momento da economia e Hamadi et al. (2016) explica que o efeito pode ser ambíguo pela incerteza em relação à qualidade dos empréstimos. Sendo assim, fica entendido que o sinal pode ser ambíguo para ambas as variáveis.

LLA_{it} = Reserva de PCLD total em relação ao ativo total, para o banco *i* no ano *t* como variável de controle para todas as hipóteses, dado que representa o acumulado da PCLD ao longo dos anos. Para $LLA_{it,}$ o efeito pode ser ambíguo no coeficiente, pois, ao mesmo tempo em que as provisões podem aumentar naturalmente, dependendo de que os cenários da economia e a qualidade dos empréstimos se mantenham constantes, sendo, assim, um efeito positivo (Maso, Kanagaretnam, Lobo, & Terzani, 2018), também pode se constituir como negativo, caso haja instabilidades, conforme previsto por Morris et al. (2016)

NPL_{it} = Créditos não produtivos em relação ao ativo total, para o banco *i* no ano *t*, como variável de controle para todas as hipóteses, dado que representa os empréstimos que estão praticamente perdidos. Espera-se um coeficiente positivo, visto que um aumento nos créditos não produtivos implica um aumento nas perdas de crédito esperadas, sendo o $NPL_{it,}$ também, uma medida do risco de crédito da carteira e, assim, constitui um bom preditor de perdas futuras, conforme apontado em pesquisas como as de Cummings e Durrani (2016), Hamadi et al. (2016)

e Curcio et al. (2017).

$EQUITY_{it-1}$ = Patrimônio Líquido em relação ao ativo total, para o banco *i* no ano *t-1* como variável de controle para todas as hipóteses. O $EQUITY_{it-1}$ é usado como variável defasada, pois o gestor pode ter incentivos regulatórios para o gerenciamento de resultado, assim observando o patrimônio do ano *t-1* para ajustar no ano *t*. É esperado um sinal positivo para o coeficiente, dados os objetivos regulatórios, como também é uma medida para a saúde financeira do banco. Elnahass, Izzekldin e Steele (2018) explicam que os bancos listados tendem a reportar melhores índices que envolvam o patrimônio líquido, a fim de suportar suas perspectivas financeiras no mercado de ações.

$LnTA_{it}$= Logaritmo natural do Total de Ativos, para o banco *i* no ano *t* como variável de controle para todas as hipóteses, visto que serve como balizador para o tamanho dos bancos. É esperado um sinal positivo, pois, quanto maior o tamanho do banco, maior sua carteira de crédito e, assim, maior provisionamento, sendo mostrado em pesquisas como El Sood (2012) e Caporale et al. (2018). Entretanto, estudos como os de Curcio et al. (2017) e Maso et al. (2018) chegaram num coeficiente negativo, mostrando que bancos menores tenderiam a gerenciar mais, sendo um dos possíveis motivos sua busca por melhorar a persistência dos lucros ou porque se arriscam mais no mercado de crédito.

$IFRS_{it}$ = Variável *Dummy* com valor 1 a partir do ano em que o país adotou o padrão IFRS e 0 se não, para o banco *i* no ano *t* como variável de controle para as hipóteses 1, 2 e 3, por ser um controle regulatório que determinou o ano de adoção nos países. O sinal do coeficiente pode ser ambíguo. Menezes Junior (2017) previu o sinal do IFRS como ambíguo e chegou em negativo, explicando que países com melhores padrões contábeis provisionam menos. Maso et al. (2018) encontraram ambos os sinais, dependendo de qual modelo estavam analisando, implicando nas duas possíveis explicações: melhores padrões contábeis podem ou não levar a um maior provisionamento. $IFRS_{it}$ é a única variável não aplicada na hipótese 4, pois esta hipótese testa a adoção do IFRS 9 em 2018.

ΔGDP_{it}= Variação de PIB entre *t* e *t-1*, dividido pelo total do ano *t*, para o banco *i* no ano *t* como variável de controle para todas as hipóteses, por ser um controle de tamanho dos países dentro da amostra. O coeficiente do ΔGDP_{it} presume-se ser negativo, dado que maiores economias tendem a precisar gerenciar menos seus resultados ou por terem um menor risco de crédito ou por credibilidade das pessoas em melhores condições, sendo, assim, uma relação inversa entre tamanho do PIB e PCLD, conforme constatado por Aristei e Gallo (2019).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Primeiramente são apresentadas as estatísticas descritivas da amostra. Depois, é mostrado o passo a passo estatístico para o modelo final de dados em painel. Assim, são analisadas as evidências do gerenciamento de resultado em bancos e de crises financeiras no gerenciamento de resultados. Também são apresentados os resultados da hipótese de que durante crises financeiras há interação com o lucro, intensificando o gerenciamento. Por último, é feita uma primeira análise de dados com a introdução do IFRS 9 em 2018.

4.1. Estatística Descritiva

A PCLD é uma grande provisão, a principal no banco, que pode ser usada para afetar os resultados, conforme mostrado na Tabela 4 (dados absolutos). No painel A, a média (mediana) para PCLD da amostra final representa 25,17% (14,46%) do lucro antes de impostos e LLP. Pode ser notado que a PCLD/EBTP alcança seu maior nível em tempos de recessão, como, por exemplo, 2009, o que reflete o efeito da crise mundial na PCLD. El Sood (2012) também encontrou que a maior proporção entre PCLD e EBTP ocorreu no ano de 2009, dada sua amostra de 2001 a 2009.

Os Painéis B e C fornecem descritivos da PCLD e EBTP respectivamente. Perceba-se que entre os anos de 2015 a 2018, tanto os níveis de PCLD quanto os de EBTP cresceram significativamente, podendo indicar, assim, o uso da PCLD para aumento dos lucros. Nos anos de 2008 a 2010, apesar de a PCLD ter aumentado, o lucro não seguiu a mesma proporção. Isso pode indicar que os gestores estão olhando o passado para entender como não perder a confiança dos investidores novamente, pois o nível de PCLD/EBTP está sendo mantido.

A Tabela 5 fornece estatísticas descritivas para os dados anuais da amostra final. A LLP representa 0,41% do total de ativos. O mínimo da LLP é de -0,22%, sendo que números negativos podem surgir devido a recuperações e/ou reversões de provisões anteriormente registradas para reduzir o saldo do total da reserva de PCLD no balanço. A média é quase o dobro da mediana, indicando que há mais bancos na amostra provisionando maiores valores de PCLD em relação ao ativo total.

É também importante notar a relevância dos empréstimos em relação ao total de ativos, atingindo uma média de 63,73% e com desvio-padrão de 12,21%, indicando que os empréstimos ficam entre aproximadamente 50% e 75% em relação ao ativo total, mostrando ser o principal ativo do banco e, como consequência, levando a sua PCLD como principal

provisão.

A variação de empréstimos em relação ao ativo total também é relevante, chegando a aumentar em média 9,13% por ano, mas com alto desvio-padrão de 19,73%, que indica que essa variação depende do cenário econômico de cada ano da amostra. Essa variação de empréstimos chega a crescer quase 3 x mais que o aumento do PIB, que tem média de 3,29%, com um alto desvio-padrão de 6,81%, que segue a mesma lógica dos empréstimos, não houve consistência na amostra, mostrando o impacto das crises financeiras nas variáveis.

A Figura 5 ilustra, através da média anual da PCLD, EBTP e PCLD/EBPT, como as variáveis estão relacionadas. Observe que na maioria dos anos, as curvas da PCLD e da EBPT tem o mesmo movimento, mantendo assim o nível da PCLD/EBTP quase linear. Já é possível observar, de forma simples, o gerenciamento do lucro através da PCLD.

Tabela 4 - Estatísticas Descritivas de PCLD e EBTP Total

Painel A			
PCLD/EBTP	Média	Mediana	Desvio-Padrão
2005	0,1989	0,1068	0,3941
2006	0,1682	0,0883	0,4480
2007	0,2142	0,1493	0,4808
2008	0,3626	0,2841	0,6530
2009	0,5948	0,4344	1,1312
2010	0,4368	0,3434	0,6842
2011	0,3471	0,2307	0,6782
2012	0,2437	0,1737	0,5305
2013	0,1756	0,1293	0,4658
2014	0,1961	0,1120	0,4783
2015	0,1940	0,1038	0,4232
2016	0,2094	0,1079	0,4446
2017	0,1501	0,0939	0,3390
2018	0,1510	0,0861	0,3106
Total	0,2517	0,1446	0,5673

Painel B

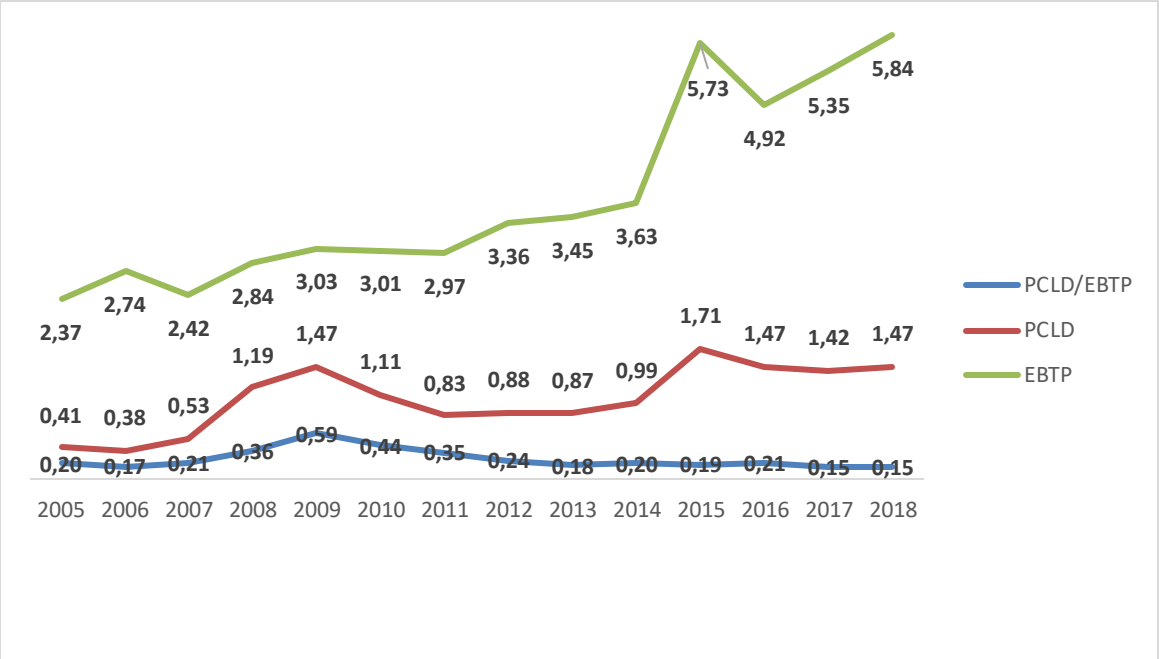
PCLD	Média ($Bi)	Mediana ($Bi)	Desvio-Padrão
2005	0,407	0,021	1,644
2006	0,379	0,018	1,400
2007	0,532	0,025	2,147
2008	1,194	0,070	3,882
2009	1,471	0,118	4,215
2010	1,110	0,082	3,724
2011	0,827	0,051	2,899
2012	0,877	0,041	2,821
2013	0,867	0,024	2,776
2014	0,992	0,016	3,349
2015	1,712	0,034	4,948
2016	1,473	0,038	4,611
2017	1,422	0,033	4,522
2018	1,472	0,033	4,747
Total	1,110	0,040	3,742

Painel C

EBTP	Média ($Bi)	Mediana ($Bi)	Desvio-Padrão
2005	2,367	0,240	7,925
2006	2,735	0,217	8,613
2007	2,421	0,178	7,181
2008	2,838	0,174	9,305
2009	3,033	0,148	10,104
2010	3,005	0,221	9,449
2011	2,966	0,227	9,701
2012	3,359	0,257	10,595
2013	3,445	0,210	10,824
2014	3,628	0,250	10,604
2015	5,730	0,507	14,693
2016	4,919	0,490	13,345
2017	5,351	0,447	14,208
2018	5,836	0,552	15,055
Total	3,885	0,280	11,562

Fonte: Elaboração própria (2019).

Figura 5 – Gráfico da Média da PCLD, EBTP e PCLD/EBPT



Fonte: Elaboração própria (2019).

Tabela 5 - Estatísticas Descritivas da Amostra

Variável	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
LLP	0,0041	0,0019	0,0063	-0,0022	0,0383
EBTP	0,0148	0,0138	0,0102	-0,0063	0,0565
LOANS	0,6373	0,6561	0,1221	0,2798	0,8583
ΔLOANS	0,0913	0,1161	0,1973	-0,4655	0,5274
LLA	0,0120	0,0090	0,0108	0,0017	0,0730
NPL	0,0169	0,0114	0,0185	0,0003	0,1114
EQUITY	0,0924	0,0897	0,0375	0,0301	0,2281
LNTA	24,1549	23,9289	2,1112	-20,1662	29,3829
ΔGDP	0,0329	0,0383	0,0681	0,2032	0,2159

Fonte: Elaboração própria (2019).

4.2. Análise das Regressões

Para todas as hipóteses do trabalho, seguem os passos estatísticos feitos e os resultados para as equações 1, 2, 3 e 4. Nenhuma das variáveis das Equações 1, 2, 3 e 4 foi identificada como normal (Anexo A), salvo a *dummy* de IFRS 9. Para o tratamento de *outliers*, as variáveis foram winsorizadas[2] para 1% e 99% nos extremos.

O primeiro passo foi verificar a presença de heterocedasticidade e a necessidade de aplicação de robustez nos dados. Conforme Tabela 6, em todos os modelos a hipótese nula é recusada, sendo assim existindo presença de heterocedasticidade. Os modelos regredidos em dados em painel devem ser robustos.

Tabela 6 - Teste de Heterocedasticidade - Breusch-Pagan

	(i)	(ii)	(iii)	(iv)
Qui-Quadrado	5673,55	6744,01	5610,7	752,58
Prob > Qui-Quadrado	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria (2019).

Foi verificado que não há presença de multicolinearidade, através do Teste de Inflação de Variância entre as variáveis independentes (VIF), podendo ser considerado um problema, caso algum VIF fosse maior que 10. A Tabela 7 mostra para os Modelos 1,2 e 3 enquanto a Tabela 8 para o 4.

Tabela 7 - VIF para Modelos 1, 2 e 3

	(i)		(ii)		(iii)	
	VIF	1/VIF	VIF	1/VIF	VIF	1/VIF
EBTP	1,56	0,643	-	-	1,64	0,609
REC	-	-	1,62	0,618	3,78	0,265
EBTPxREC	-	-	-	-	3,07	0,325
LOANS	1,18	0,848	1,18	0,851	1,18	0,845
ΔLOANS	1,12	0,895	1,13	0,884	1,14	0,880
LLA	2,16	0,464	1,96	0,509	2,16	0,463
NPL	2,06	0,485	1,99	0,502	2,07	0,482
EQUITY	1,61	0,622	1,27	0,790	1,62	0,618
LNTA	1,50	0,665	1,50	0,665	1,51	0,664
ΔGDP	1,19	0,841	1,62	0,618	1,63	0,612
IFRS	1,53	0,655	1,53	0,652	1,55	0,644
Média VIF	**1,54**		**1,53**		**1,94**	

Fonte: Elaboração própria (2019).

[2] Transformação estatística dos dados, limitando valores extremos, para reduzir o efeito de possíveis *outliers* espúrios. Foi desenvolvida por Charles P. Winsor.

Tabela 8 - VIF para Modelo 4

	(iv)	
	VIF	1/VIF
EBTP	3,13	0,319
IFRS9	4,89	0,204
EBTPxIFRS9	5,81	0,172
LOANS	1,30	0,770
ΔLOANS	1,63	0,615
LLA	2,32	0,431
NPL	1,97	0,508
EQUITY	1,86	0,538
LNTA	1,46	0,685
ΔGDP	1,46	0,683
Média VIF	**2,58**	

Fonte: Elaboração própria (2019).

Para a modelagem dos dados em painel, que combina séries temporais e *cross section*, é preciso decidir qual aplicação é mais adequada diante das variáveis selecionadas e da disposição dos dados: Mínimos Quadrados Agrupados (POLS – *Pooled Ordinary Least Square*), Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios. Essa abordagem tem como objetivo estudar o comportamento de um grupo de empresas ao longo do tempo, tendo como vantagens não apenas a investigação de efeitos econômicos – que não poderiam ser encontrados utilizando-se apenas corte transversal ou séries temporais –, como também o fato de apresentar maior número na amostra. Como ao longo do tempo alguns bancos podem ter sido fechados ou abertos, o painel se dá de forma desbalanceada, pois nem sempre há todos os dados de todos os bancos para todos os anos.

O passo seguinte foi a Análise dos Resíduos, a fim de que as suposições do modelo ajustado fossem validadas, visando à confiabilidade dos resultados. Conforme Anexo B, para todos os modelos, os resíduos não têm correlação com as variáveis independentes; têm média 0 e desvio-padrão diferente de 0. Assim como as demais variáveis, os resíduos também não se dão de forma normal, em sua distribuição.

Com os dados validados, foi feita uma comparação entre os possíveis modelos para determinação de qual o melhor a ser utilizado: POLS, Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios. O Teste de Chow, conforme Tabela 9, determinou que efeitos fixos são preferíveis a POLS, assim como o Teste de Breusch-Paganna, na Tabela 10, determinou que efeitos aleatórios são preferíveis a POLS, levando, assim, a uma escolha entre Efeitos Fixos e Aleatórios. No Anexo C, seguem os resultados estimados para utilização por POLS.

Tabela 9 - Teste de Chow - Efeitos Fixos x POLS

	(i)	(ii)	(iii)	(iv)
F teste (resídulos = 0)	4,83	5,62	4,83	5,88
Prob > F	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria (2019).

Tabela 10 - Teste de Breusch-Pagan - Efeitos Aleatórios x POLS

	(i)	(ii)	(iii)	(iv)
Qui-Quadrado	889,61	1337,02	897,54	221,31
Prob > Qui-Quadrado	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria (2019).

O Teste de Hausman, apresentado na Tabela 11, recusou todas as hipóteses nulas, chegando, assim, à escolha de Efeitos Aleatórios para os Dados em Painel da amostra. No Anexo D seguem os resultados estimados por Efeitos Fixos.

Tabela 11 - Teste de Hausman - Efeitos Fixos x Aleatórios

	(i)	(ii)	(iii)	(iv)
Qui-Quadrado	71,45	59,8	61,09	23,82
Prob > Qui-Quadrado	0,000	0,000	0,000	0,008

Fonte: Elaboração própria (2019).

Os resultados dos modelos 1, 2 e 3 seguem na Tabela 12, abaixo. Veja-se que, para todos os modelos, o R-quadrado foi alto (maior que 40%), mostrando, assim, que as variáveis escolhidas explicam a construção da PCLD.

Tabela 12 - Regressão Efeitos Aleatórios para Modelos 1, 2 e 3

Variáveis	(i)		(ii)		(iii)	
	Coeficiente	Estat. t	Coeficiente	Estat. t	Coeficiente	Estat. t
cons.	0,002	1,22	0,002	1,06	0,002	0,87
EBTP	0,068	4,04***	-	-	0,065	3,96***
REC	-	-	0,001	3,71***	0,000	0,50
EBTPxREC	-	-	-	-	0,080	2,21**
LOANS	-0,002	-1,62	-0,001	-0,99	-0,001	-1,41
ΔLOANS	-0,004	-9,07***	-0,004	-8,96***	-0,004	-8,63***
LLA	0,296	10,85***	0,311	11,15***	0,294	10,94***
NPL	0,071	5,96***	0,066	5,42***	0,069	5,88***
EQUITY	0,004	1,08	0,009	2,21**	0,005	1,10
LNTA	0,000	-1,91*	0,000	-1,74*	0,000	-1,64*
ΔGDP	-0,006	-5,13***	-0,003	-2,13**	-0,004	-2,45**
IFRS	0,000	-0,17	0,000	-0,01	0,000	-0,37
R-quadrado	46,87%		44,36%		47,28%	
Número de Obs.	5.335		5.335		5.335	

Fonte: Elaboração própria (2019).

A hipótese 1 foi analisada pelos resultados na coluna (i), mostrando que EBTP, os lucros do ano anterior em relação ao ativo total são significantes ao nível de 1%, provando que os gestores se utilizam dessa informação para a construção da PCLD, conforme efeito positivo esperado. Pelos resultados, isso demonstra que os gestores se importam mais com os resultados passados do que com os empréstimos atuais, e, assim, a PCLD pode estar sendo usada mais como medida estratégica do que como uma expectativa das perdas por empréstimos.

Variáveis como LOANS, EQUITY e IFRS não apresentaram significância estatística. A LNTA apresentou ao nível de 10% e teve o sinal negativo, mostrando que bancos menores tendem a gerenciar mais seus resultados.

ΔLOANS, LLA, NPL e ΔGDP foram as variáveis de controle com nível de significância a 1%. A variável ΔLOANS teve o coeficiente negativo, mostrando que o aumento nos empréstimos por parte dos bancos não necessariamente aumenta a PCLD, indicando um efeito maior da qualidade dos empréstimos. As variáveis LLA e NPL apresentaram coeficientes positivos, mostrando que a PCLD se baseia tanto no que já está acumulado como também no que está para ser dado como perda. O sinal do ΔGDP foi negativo, indicando que países com menores variações gerenciam mais o resultado.

Analisando os valores dos coeficientes da hipótese 1, é possível observar que a variável independente EBTP representa 6,8% da PCLD, mostrando assim que além de significância estatística, ela é nominalmente importante na geração da PCLD. Ou seja, para cada um real que o banco provisionar, 7 centavos foi devido ao lucro do ano anterior.

A hipótese 2 foi analisada pelos resultados da coluna (ii), mostrando que REC, a variável que representa anos de recessão, é significativa ao nível de 1%, indicando que os gestores, em períodos de crises financeiras, gerenciam o resultado através da PCLD. Novamente, há indícios de que os gestores se baseiam mais no cenário econômico do que na quantidade de empréstimos para o provisionamento das perdas.

As variáveis ΔLOANS, LLA, NPL, LOANS, IFRS e LNTA tiveram os mesmos resultados que em (i). A ΔGDP foi significante a 5% ao invés de 1%, mas continua com o mesmo coeficiente negativo.

EQUITY foi significante a 5% em (ii) com sinal positivo. Essa mudança pode ser entendida com a ausência do lucro da equação, pois, ao ver-se a variável em (iii), ela novamente não tem significância estatística. Isso pode indicar que, na falta do lucro, ela se torna importante para construção da PCLD, visando ao caráter regulatório.

Diferentemente da hipótese 1, na hipótese 2 a importância nominal do coeficiente da REC

é quase 0, sendo de 0,1%. Isso significa que para cada um real de PCLD, nem um centavo foi devido a recessão.

A construção das hipóteses 1 e 2 leva à hipótese 3, que tinha o objetivo de entender a interação entre lucros e crises financeiras. A variável de interação EBTPxREC, na coluna (iii), foi significante a 5% com sinal positivo, chegando a resultados análogos como os de El Sood (2012), Curcio et al. (2017) e Caporale et al. (2018), provando que, durante crises financeiras, o gestor se utiliza ainda mais do lucro para discricionariedade da PCLD.

A variável EBTP continua significativa a 1% e com coeficiente positivo, conforme (i); entretanto, a REC, apesar de manter o sinal, deixou de ser significativa. Isso pode ser explicado pela própria interação com o lucro, pois o efeito está sendo capturado pela interação, deixando a variável *dummy* da recessão sem importância estatística.

ΔLOANS, LLA, NPL, LOANS, IFRS, LNTA e ΔGDP continuam com os mesmos resultados já vistos. EQUITY, conforme explicado anteriormente, deixou de ser significativa, com a volta do lucro para o modelo.

Na hipótese 3, além de não ter significância estatística, o coeficiente nominal da REC é 0. Entretanto, as variáveis de EBTP e EBTPxREC mostram ser de suma importância na contração da PCLD. EBTP tem um coeficiente de 6,5% da PCLD, enquanto que sua interação com a recessão, EBTPxREC, possui 8%. Ou seja, isso mostra nominalmente que durante períodos de recessão, os gestores se baseiam ainda mais no lucro anterior para o provisionamento.

Os resultados do modelo (iv) seguem na Tabela 13, abaixo. Veja-se que o R-quadrado foi maior que as hipóteses anteriores, chegando a 55,51%, mesmo com apenas 2 anos de dados, mostrando, assim, que as variáveis escolhidas fazem sentido e são relevantes na construção da PCLD.

Tabela 13 - Regressão Efeitos Aleatórios para Modelo 4

Variáveis	(iv)	
	Coeficiente	Estat. t
cons.	-0,003	-1,080
EBTP	0,170	4,67***
IFRS9	0,001	2,04**
EBTPxIFRS9	-0,041	-1,92*
LOANS	-0,002	-1,73*
ΔLOANS	-0,002	-1,74*
LLA	0,233	7,39***
NPL	0,007	0,63
EQUITY	0,006	0,87
LNTA	0,000	0,96
ΔGDP	-0,002	-0,33
R-quadrado	55,51%	
Número de Obs.	1.016	

Fonte: Elaboração própria (2019).

Analisando-se, agora, para a adoção do IFRS 9, a variável IFRS9 teve resultado significativo a 5% e sinal positivo, mostrando que, com oportunidades regulatórias para gerenciamento, os gestores se aproveitam delas. Novamente, a EBTP foi significante a 1% e teve o sinal do coeficiente positivo, o que corrobora com os encontrados anteriormente e ratifica a importância dos lucros do ano anterior para a tomada de decisão da PCLD do ano atual.

A variável de interação EBTPxIFRS9 foi significativa a 10%, mas teve seu sinal de coeficiente negativo, diferentemente do estudo análogo de Hamadi et al. (2016) com Basileia II. Isso indica que, apesar de o gestor se basear no lucro e na adoção do IFRS 9 para aumentar seu gerenciamento, elas não interagem de forma positiva entre si, ou seja, a adoção do IFRS 9 não causa maior uso do lucro, conforme visto pela recessão anteriormente.

LOANS e ΔLOANS aparecem com sinal negativo e são significativas a 10%. A reserva total de PCLD representada pela LLA continua significativa a 1% e com sinal positivo no coeficiente. Como há apenas a variação de um ano, não foram detectados efeitos significativos nas variáveis de NPL, EQUITY, LNTA e ΔGDP.

Na hipótese 4, a variável independente IFRS9, apesar da significância estatística, nominalmente pouco importa para a PCLD. Entretanto, a variável EBPT representa 17% do provisionamento enquanto que a interação, EBTPxIFRS9, -4,1%. Isso mostra que mesmo que a interação não faça com que o gestor se baseie ainda mais no lucro, a importância nominal da variável do lucro é mais que o dobro das observadas anteriormente, tendo assim uma alta influência na construção da PCLD.

De forma geral, em relação às variáveis independentes analisadas, a variável EBTP foi significativa a 1% e teve o sinal do coeficiente positivo, conforme previsto pela teoria em todos os modelos. Com esse resultado, a hipótese 1 é confirmada, ou seja, os bancos utilizam-se dos lucros do ano anterior para determinação da PCLD. A variável REC foi significativa a 1% e teve o sinal do coeficiente positivo na coluna (ii) da Tabela 12, mas não teve significância na (iii); entretanto, a hipótese 2 ainda é confirmada, mostrando que, em períodos de crises financeiras, os gestores se baseiam no cenário econômico para a PCLD. A variável EBTPxREC foi significativa a 5% e de coeficiente positivo, conforme previsto, demonstrando que a hipótese 3 também se confirma. Gestores, em períodos de crises financeiras, utilizam-se mais ainda do lucro, para o gerenciamento de resultados.

Por fim, a variável IFRS 9 teve significância a 5%, com sinal positivo, conforme previsto, e a interação EBTPxIFRS9 para estudo da hipótese 4 foi significativa a 10%, mas com o sinal negativo, sendo o contrário do esperado. A hipótese 4 também se confirma, pois, apesar de não ser o esperado, mostrou que há interação entre a adoção do IFRS 9 com os lucros, podendo levar a discussão sobre o gerenciamento de resultados para fins regulatórios não se utilizar tanto dos lucros quanto para fins estratégicos, como foi o caso das recessões econômicas.

Em relação aos valores nominais das variáveis independentes, viu-se que as variáveis de REC e IFRS9 não tiveram importância. Entretanto, nas hipóteses 1,3, e, principalmente, na 4 a variável EBTP tem alta influência na construção da PCLD, podendo ser até de 17%. As interações também tiveram importância nominal, mostrando que fatores econômicos ou regulatórios influenciam significativamente em como os gestores se baseiam nos lucros para o provisionamento.

4.3. Análise de Robustez

Os dados utilizados para apresentação dos resultados provaram ser robustos ao serem winsorizados a apenas 1% e 99% nos extremos, pois alguns artigos como os de Morris et al. (2016) e Elnahass et al. (2018) winsorizaram a 5% e 95% para, depois, checar a robustez com 1% e 99% nos extremos.

4.3.1. Diferente Definição da Variável de Crises Financeiras

Conforme discutido, o conceito utilizado nesta pesquisa de crise financeira considera uma percepção mais abrangente do que a da recessão econômica. Entretanto, como forma de mostrar que crises financeiras impactam o gerenciamento de resultados sob uma diferente definição, foi utilizado um conceito mais comum, visto em artigos como os de El Sood (2012), Elnahass et al. (2018) e Maso et al. (2018), sendo definido que os anos de 2007, 2008 e 2009 sejam marcados como 1 na *dummy* e 0, se não.

Os resultados seguem na Tabela 14 e, observando-se, principalmente, a coluna (iii), mostram que as variáveis independentes EBPT, REC e EBPTxREC continuam significativas a 1%, 1% e 5% respectivamente, comprovando a robustez do modelo e dos dados. Entretanto, o coeficiente de EBPTxREC agora é negativo, indicando uma menor interação entre recessão e lucros. Porém, dado o intervalo de tempo da amostra de 2005 a 2018 e considerando-se recessão apenas para 2007, 2008 e 2009, podem ocorrer efeitos isolados de outros anos, em outros países que tiveram crises financeiras, mesmo que não globais, impactando, assim, os resultados. Por isso, a decisão de se adotar um conceito amplo e geral para todos os países sobre crises financeiras.

Tabela 14 - Regressão Efeitos Aleatórios para Modelos 1, 2 e 3 - Análise de Robustez da Crise

Variáveis	(i)		(ii)		(iii)	
	Coeficiente	Estat. t	Coeficiente	Estat. t	Coeficiente	Estat. t
cons.	0,002	1,22	-0,001	-0,40	-0,001	-0,38
EBTP	0,068	4,04***	-	-	0,061	3,66***
REC	-	-	0,003	12,86***	0,004	7,17***
EBTPxREC	-	-	-	-	-0,057	-2,06**
LOANS	-0,002	-1,62	-0,002	-2**	-0,002	-2,37**
ΔLOANS	-0,004	-9,07***	-0,003	-8,17***	-0,003	-8,28***
LLA	0,296	10,85***	0,305	11,04***	0,291	10,76***
NPL	0,071	5,96***	0,070	5,82***	0,071	6,08***
EQUITY	0,004	1,08	0,014	3,28***	0,011	2,46**
LNTA	0,000	-1,91*	0,000	-0,06	0,000	-0,32
ΔGDP	-0,006	-5,13***	-0,005	-4,5***	-0,006	-4,83***
IFRS	0,000	-0,17	0,001	3,54***	0,001	3,21***
R-quadrado	46,87%		47,17%		49,26%	
Número de Obs.	5.335		5.335		5.335	

Fonte: Elaboração Própria (2019).

4.3.2. Controle da Amostra – Exclusão dos Estados Unidos

Conforme mostrado pela Tabela 3, os Estados Unidos possuem pouco mais da metade dos bancos na amostra e, por se tratar de uma análise internacional, sendo o levantamento das variáveis para construções dos modelos baseado nisso, a Tabela 15 mostra os resultados encontrados para toda a amostra, excluindo os bancos americanos. O R-quadrado foi ainda maior que o encontrado anteriormente, mostrando assim que os Estados Unidos possuem outras variáveis necessárias para controle.

É possível observar que, nas 4 hipóteses, para as variáveis independentes, o resultado permanece praticamente o mesmo, em relação ao que foi visto antes. EBPT continua significativa a 1% e com coeficiente positivo para as hipóteses 1,3 e 4. A mudança está na REC, que agora, além de significativa a 1% e com coeficiente positivo para a segunda hipótese, também é para a terceira, indicando que a recessão nesses países tem forte influência tanto como variável quanto como interação com os lucros. EBTPxREC é significativa a 5%, com coeficiente positivo, corroborando a hipótese 3, assim como o IFRS 9 para a hipótese 4. Por fim, o EBTPxIFRS9 continua com o coeficiente negativo igual ao apresentado anteriormente, mas agora é significativo ao nível de 5% e comprova a hipótese 4 de que há interação, mesmo que negativa, entre a adoção do IFRS 9 e os lucros do ano anterior.

Tabela 15 - Regressão Efeitos Aleatórios para Modelos 1, 2, 3 e 4 - Análise de Robustez da Amostra

Variáveis	(i)		(ii)		(iii)	
	Coeficiente	Estat. t	Coeficiente	Estat. t	Coeficiente	Estat. t
cons.	0,001	0,27	0,005	0,98	0,004	1,10
EBTP	0,104	3,94***	-	-	0,102	3,97***
REC	-	-	0,001	5,18***	0,002	4,91***
EBTPxREC	-	-	-	-	0,064	2,11**
LOANS	-0,002	-1,56	-0,003	-2,2**	-0,003	-2,23**
ΔLOANS	-0,002	-2,97***	-0,002	-2,17**	-0,002	-2,35**
LLA	0,238	8,86***	0,245	8,28***	0,239	9,03***
NPL	0,012	0,98	0,012	0,90	0,015	1,16
EQUITY	0,000	0,06	0,009	1,25	-0,002	-0,19
LNTA	0,000	0,09	0,000	-0,41	0,000	-0,63
ΔGDP	-0,005	-4,26***	-0,008	-5,24***	-0,008	-5,5***
IFRS	0,000	-1,36	0,000	-0,55	0,000	-0,05
R-quadrado	52,51%		46,40%		53,61%	
Número de Obs.	2.652		2.652		2.652	

Variáveis	(iv)	
	Coeficiente	Estat. t
cons.	0,003	0,750
EBTP	0,233	5,02***
IFRS9	0,001	2,32**
EBTPxIFRS9	-0,049	-2,15**
LOANS	-0,001	-0,54
ΔLOANS	-0,003	-1,68*
LLA	0,193	7,38***
NPL	0,006	0,47
EQUITY	0,002	0,15
LNTA	0,000	-1,19
ΔGDP	0,002	0,39
R-quadrado	61,49%	
Número de Obs.	472	

Fonte: Elaboração Própria (2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs uma análise do gerenciamento de resultados no setor bancário durante períodos de crises financeiras, com a consequente adoção do IFRS 9, em uma amostra relevante de países do G20, que, conforme mostrado, têm efeitos parecidos com que o mundo passa. Como forma de captura do gerenciamento, utilizou-se da maior conta discricionária dos bancos, a PCLD, pois, como visto na Tabela 4, esta representa em média 25,17% do EBTP.

As bases teóricas fundamentadas no gerenciamento de resultados e seus incentivos e formas de se fazer, assim como as que foram fundamentadas em crises financeiras, o exemplo da crise 2007-2008 e a adoção do IFRS 9, posteriormente, deram sustentações às hipóteses aqui levantadas, tendo o objetivo de se estudar o gerenciamento de resultados em bancos, impacto das crises financeiras no gerenciamento de resultados, a relação entre as crises financeiras e o gerenciamento de resultados nos bancos e o impacto do IFRS 9.

Para colocar os argumentos levantados em prática, foi feito um levantamento bibliográfico das variáveis necessárias para o desenvolvimento de quatro modelos que atendessem às quatro hipóteses desenvolvidas.

A amostra dos bancos teve um intervalo significativo de 14 anos, de 2005 a 2018, sendo possível capturar efeitos antes da crise 2007-2008, durante a crise e o comportamento dos gestores até mesmo anos depois, sendo possível analisar a adoção obrigatória do IFRS 9 em 2018. Para esse período, foram coletados dados dos bancos com capital aberto e informações disponíveis na Thomson Reuteurs do bloco econômico G20.

Após tratamentos dos dados e testes econométricos para análise do modelo final, chegou-se a resultados significativos, demonstrando que a escolha das variáveis explica a construção da PCLD, assim como as variáveis independentes, pois a PCLD apresenta efeitos não discricionários, como, por exemplo, o tamanho de seus empréstimos e sua variação, sua reserva acumulada e os créditos não produtivos, o tamanho dos bancos e dos países, como também a adoção do IFRS para fins regulatórios. A inclusão do patrimônio líquido se mostrou importante para controlar os incentivos regulatórios, conforme visto na coluna (ii) da Tabela 12, quando o efeito do lucro não é incluído, esta variável se torna significativa.

As variáveis analisadas EBTP, REC e EBTPxREC foram todas significativas e com seus coeficientes positivos esperados, estando de acordo com a teoria levantada. O caso da EBTPxIFRS9 teve o sinal oposto ao esperado, podendo indicar que, quando se trata de fins regulatórios, essa exigência não causa interação positiva com o lucro para o gerenciamento de resultados, atenuando os efeitos do gerenciamento de resultados. Conforme EBTPxREC

mostrou, em períodos de crises financeiras, os gestores se utilizam ainda mais do lucro anterior para o gerenciamento. Essa discussão deve ser estendida para captura de como o gerenciamento de resultados se diferencia quando se comparam estes dois tipos de gerenciamento: o do gestor que tem um incentivo estratégico/financeiro do banco e o do gestor que tem um incentivo regulatório, podendo existir receio de maior utilização do gerenciamento se baseando nos lucros passados.

Como forma de dar robustez aos resultados encontrados, dois testes foram realizados: mudar a definição de crise dos modelos e excluir os bancos americanos da amostra. Para o primeiro, as variáveis independentes foram significativas, mas o sinal de EBTPxREC foi negativo, mostrando que deve ser mais bem explorada a definição de apenas três anos como crise e manter o restante do período sem crise, dado o intervalo da amostra. O conceito utilizado se propôs a ser mais abrangente e capturar efeitos em períodos posteriores à crise. O segundo teste de robustez foi significativo em todas as quatro hipóteses, até mesmo aumentando o R-quadrado, o que dá solidez às equações e variáveis utilizadas.

O trabalho, apesar de demonstrar resultados relevantes e levantar discussões futuras, também enfrentou algumas limitações como, por exemplo, falta de análise da quantidade de bancos por países e sua relevância por país, como também a eliminação de muitos bancos por falta de informações disponíveis, ficando, assim, como sugestão a criação de uma base de dados primária como também a elaboração de uma análise das demonstrações financeiras dos bancos de forma individual. Outra limitação enfrentada foi a falta de definição clara da construção da variável REC; sendo assim, foi utilizado um conceito mais econômico do que apenas marcar um ano específico como crise para todos os países. Por fim, a disponibilidade de apenas um ano de dados da adoção do IFRS 9 para conclusões mais assertivas, porém, com identificação de pesquisa futura, a fim de comprovação.

O presente estudo teve também o intuito de incentivar as pesquisas futuras a continuarem evidenciando o uso do gerenciamento de resultados durante períodos de crises financeiras, como também na adoção do IFRS 9, através do uso da discricionariedade da PCLD. Discussões sobre a coleta dos dados, diferentes abordagens para construção da variável de crise, aplicação de diferentes modelos de captura do gerenciamento e ampliação da base de dados para análise do IFRS 9 mais aprofundada são importantes para a continuidade dessa pesquisa.

Por fim, este estudo contribuiu para o aprofundamento das teorias e análises do gerenciamento de resultados em bancos, contribuindo, ainda, para o aprofundamento dos efeitos das crises financeiras no gerenciamento, na interação causada pelas crises na utilização dos lucros bancários, como também nos primeiros indícios do impacto do IFRS 9 no gerenciamento.

Em adição de uma análise internacional, esta dissertação fomenta a discussão para preenchimento de uma lacuna identificada na literatura.

REFERÊNCIAS[3]

Agarwal, S., Chomsisengphet, S., Liu, C., & Rhee, G. (2007). *Earnings management behaviors under different economic environments: Evidence from Japanese banks.* International Review of Economics & Finance, 16, 429–443.

Ahmed, A. S., Takeda, C., & Thomas, S. (1999). *Bank loan loss provisions: A reexamination of capital management, earnings management and signaling effects*. Journal of Accounting and Economics, 28(1), 1-25.

Andreou, P. C., Cooper, I. A., Louca, C., & Philip, D. (2017). *Bank loan loss accounting treatments, credit cycles and crash risk*. British Accounting Review (in press).

Aristei, D., & Gallo, M. (2019). *Loan loss provisioning by Italian banks: Managerial discretion, relationship banking, functional distance and bank risk*. International Review of Economics and Finance, 60, 238-256.

Arthur, N., Tang, Q., & Lin, Z. S. (2015*). Corporate accruals quality during the 2008–2010. Global Financial Crisis.* Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, 25, 1-15.

Ashraf, A., Hassan, M. K., & Putnam, K. (2014). *The effects of prudential regulatory regimes and accounting standards on earnings management of loan loss provisions in the banking industry*. Cell, 301, 338e0934.

Balboa, M., Lopez-Espinosa, G., & Rubia, A. (2013). *Nonlinear dynamics in discretionary accruals: An analysis of bank loan-loss provisions.* Journal of Banking & Finance, 37(12), 5186-5207.

Balla, E., & Rose, M. J. (2015). *Loan loss provisions, accounting constraints, and bank ownership structure.* Journal of Economics and Business, 78, 92-117.

Banco Central do Brasil. (1999). *Resolução Nº 2682.* Recuperado https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf

Barreto, E. (2016). *Manipulação de resultados: Estudo de caso de um banco brasileiro.* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo.

Barth, M. E., Landman, W. W. & Lang, M. H. (2008). *International Accounting Standards and Accounting Quality*. Journal of Accounting Research, 46(3), 467-498.

Barth, M., & Landsman, W. R. (2010). *How did financial reporting contribute to the financial crisis?* European Accounting Review, 19(3), 399-423.

Beatty, A., & Liao, S. (2014). *Financial Accounting in the Banking Industry: A review of the empirical literature.* Journal of Accounting and Economics, 58(2–3), 339–383.

[3] De acordo com o estilo APA (*American Psychological Association*)

Beck, P., & Narayanmoorth, G. (2013). *Did the SEC impact banks' loan loss reserve policies and their informativeness?* Journal of Accounting & Economics, 52, 42–65.

Berger, A. N., & Bouwman, C. H. S. (2013). *How does capital affect bank performance during financial crises?* Journal of Financial Economics, 109(1), 146-176.

Bergstresse, D., & Philippon, T. (2006). *CEO incentives and earnings management*. J. Financial Econ., 80, 511-529.

Bernanke, B. S., & Gertler, M. (1995). *Inside the Black Box: The Credit Channel of Monetary Policy Transmission*. Journal of Economic Perspectives, 9, 27-48.

Bikker, J. A., & Metzemakers, P. A. (2005). *Bank provisioning behavior and procyclicality*. Journal of International Financial Markets, Institutions and Money, 15(2), 141-157.

Black, L., Correa, R., Huang, X., & Zhou, H. (2016). *The systemic risk of European banks during the financial and sovereign debt crises*. Journal of Banking & Finance, 63, 107–125.

Bornemann, S., Kick, T., Memmel, C., & Pfingsten, A. (2012). *Are banks using hidden reserves to beat earnings benchmarks? Evidence from Germany*. Journal of Banking and Finance, 36(8), 2403-2415.

Buchner, A., Mohamed, A., & Schwienbacher, A. (2016). *Does risk explain persistence in private equity performance?* J. Corp. Finance, 39, 18–35.

Buga, S. M., Gherghinescu, O., & Vânatoru, S. (2010). *The global financial crisis as incentive for enhancing assurance for financial reporting*. Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica, 12(1), 56-63.

Burgstahler, D., Hail, L., & Leuz, C. (2006). *The importance of reporting incentives: earnings management in European private and public firms*. The Accounting Review, 81, 983-1016.

Camfferman, K. (2015). *The emergence of the 'Incurred-Loss' model for credit losses in IAS 39*. Accounting in Europe, 12, 1–35.

Caporale, G. M., Alessi, M., Colli, S. D., & Lopez, J. S. (2018). *Loan loss provisions and macroeconomic shocks: Some empirical evidence for Italian banks during the crisis*. Finance Research Letters, 25, 239-243.

Cavallo, M., & Majnoni, G. (2002). *Do banks provision for bad loans in good times?* Empirical evidence and policy implications. Springer US.

Chauvet, M. (2002). The *Brazilian business and growth cycles*. Revista Brasileira Economia, 561, 75-106.

Cheng, M., Dhaliwal, D., & Neamitu, M. (2011). *Asset securitization, securitization recourse, and information uncertainty*. The Accounting Review, 86, 541–568.

Cimini, R. (2015). *How has the financial crisis affected earnings management? A European study*. Applied Economics, 47(3), 302-317.

Cohen, B. H., & Edwards, G. A. (2017). *The new era of expected credit loss provisioning.* BIS Q. Rev. March, 39–56.

Cohen, L. J., Cornett, M. M., Marcus, A. J., & Tehranian, H. (2014). *Bank earnings management and tail risk during the financial crisis*. J. Money, Credit Banking, 46, 171-197.

Comiskey, E. E., & Mulford, C. W. (2002). *The financial numbers game: detecting creative accounting practices.* New York: John Wiley & Sons, 2002.

Cornett, M. M., McNutt, J. J., & Tehranian, H. (2009). *Corporate governance and earnings management at large U.S. bank holding companies.* Journal of Corporate Finance, 15(4), 412-430.

Cummings, J. R., & Durrani, K. J. (2016). *Effect of the Basel Accord capital requirements on the loan-loss provisioning practices of Australian banks.* Journal of Banking & Finance, 67, 23-36.

Cunha, P. R. C., Bezerra, F. A., Gubiani, C. A., & Rrengel, S. (2009). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras: uma análise do rodízio de empresas de auditoria independente*. Congresso Brasileiro de Custos, 16, Fortaleza.

Curcio, D., Dyer, D., Gallo, A., & Gianfrancesco, I. (2014). *Determinants of banks' provisioning policies during the crisis: Evidence from the Chinese banking system.* Managerial Finance, 40, 987-1006.

Curcio, D., Simone, A. D., & Gallo, A. (2017). *Financial crisis and international supervision: New evidence on the discretionary use of loan loss provisions at Euro Area commercial banks.* The British Accounting Review, 49(2), 181-193.

Dantas, J. A., Galdi, F. C., Capelletto, L. R., & Medeiros, O. R. de (2013). *Discricionariedade na mensuração de derivativos como mecanismo de gerenciamento de resultados em bancos*. Revista Brasileira de Finanças, 11(1), 17-48.

Dantas, J. A., Medeiros, O. R. de, Galdi, F. C., & Costa, F. M. da (2013). *Gerenciamento de resultados em bancos com o uso de TVM: Validação de modelo de dois estágios*. Revista Contabilidade & Finanças, 24(61), 31-54.

Davis-Friday, P., & Gordon, E. A. (2005). *Relative valuation roles of equity book value, net income, and cash flows during a macroeconomic shock: the case of Mexico and the 1994 currency crisis.* Journal of International Accounting Research, 4(1), 1-21.

Dou, Y., Ryan, S. G., & Zou, Y. (2016). *The effect of credit competition on banks' loan loss provisions.* Journal of Financial and Quantitative Analysis (JFQA).

El Sood, H. A. (2012). *Loan loss provisioning and income smoothing in US banks pre and post the financial crisis.* International Review of Financial Analysis, 25, 64-72.

Elnahass, M., Izzekldin, M., & Steele, G. (2018). *Capital and Earnings Management: Evidence from Alternative Banking Business Models.* International Journal of Accounting, 53, 20-32.

Ferguson, C. H., Marrs, A., Beck, C., Bolt, A., Damon, M., Volcker, P. A., & Soros, G. (2011). *Inside Job*. Economic Crisis Film, LLC.

Figlioli, B., Lemes, S., & Lima, F. G. (2017). *IFRS, synchronicity, and financial crisis: the dynamics of accounting information for the Brazilian capital market*. Revista Contabilidade & Finanças, 28(75), 326-343.

Financial Accounting Standards Board. (2011). *Impairment: Three-bucket approach.*

Financial Accounting Standards Board. (2016). *Financial Instruments – Credit Losses (Topic 326).* Accounting Standards Update.

Filip, A., & Raffournier, B. (2014). *Financial Crisis and Earnings Management: The European Evidence*. The International Journal of Accounting, 49(4), 455-478.

Flores, E. da S. (2012). *Gerenciamento de resultados em períodos de crises econômicas: uma análise dos mercados acionários brasileiro e norte-americano.* (Dissertação de mestrado). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP.

Forbes. (2019). The World's Largest Public Companies. Recuperado https://www.forbes.com/.

Francis, J., Michas, P., & Yu, M. (2013). *Office size of big 4 auditors and client restatements.* Contemporary Accounting Research, 30(4), 1626–1661.

Frankel, J., & Saravelos, G. (2012). *Can leading indicators access country vulnerability? Evidence from 2008–09 global financial crisis*. Journal of International Economics, 87, 216–231.

Fuji, A. H. (2004). *Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil*. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Group of Twenty. (2018). What is the G20 summit? Recuperado de https://g20.org.

Giner, B., & Mora, A. (2019). *Bank loan loss accounting and its contracting effects: the new expected loss models.* Accounting and Business Research.

Gontijo, C. (2008). *Raízes da crise financeira dos derivativos subprime.* Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.

Goulart, A. M. C. (2007). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil.* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Greenawalt, M. B., & Sinkey, J. F. (1988). *Bank loan-loss provisions and the income-smoothing hypothesis: An empirical analysis, 1976e1984.* Journal of Financial Services Research, 1(4), 301-318.

Habib, A., Bhuiyan, B. U. B., & Islam, A. (2013). *Financial distress, earnings management and market pricing of accruals during the global financial crisis.* Managerial Finance, 39 (2), 155-180.

Hamadi, M., Heinen, A., Linder, S., & Porumb, V. A. (2016). *Does Basel II affect the market valuation of discretionary loan loss provisions?* Journal of Banking & Finance, 70, 177-192.

Hameed, A., Kang, W., & Viswanathan, S. (2010). *Stock Market Declines and Liquidity*. The Journal of Finance, 65, 257–293.

Hashim, N., Li, W., & O'Hanlon, J. (2019). *Reflections on the development of the FASB's and IASB's expected-loss methods of accounting for credit losses.* Accounting and Business Research.

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999*). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting.* Accounting Horizons, 13(4), 365-383.

Huizinga, H., & Laeven, L. (2012). *Bank valuation and accounting discretion during a financial crisis.* Journal of Financial Economics, 106 (3), 614–634.

Iatridis, G., & Dimitras, A. I. (2013). *Financial crisis and accounting quality: Evidence from five European countries.* Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting, 29(1), 154-160.

International Accounting Standards Board. (2011). *Impairment: Three-bucket approach*.

International Accounting Standards Board. (2014). *IFRS 9: Financial Instruments*. London.

International Financial Reporting Standards. (2019). Who uses IFRS Standards? Recuperado de https://www.ifrs.org/.

International Monetary Fund. (2019). GDP, current prices. Recuperado de https://www.imf.org/

Kaminsky, G. L. (2003). *Varieties of currency crises.* National Bureau of Economic Research.

Kanagaretnam, K., Lobo, G. J., & Yang, D. (2005). *Determinants of signaling by banks through loan loss provisions*. Journal of Business Research, 58(3), 312-320

Kanagaretnam, K., Lim, C.Y., & Lobo, G.J. (2010). *Auditor reputation and earnings management: international evidence from the banking industry.* Journal of Banking and Finance, 34(6), 2318–2327.

Kar, A. K. (2015). *Income smoothing, capital management and provisioning behavior of microfinance institutions: A study using global panel data.* European Journal of Development Research, 29(1), 108-126.

Kilic, E., Lobo, G. J., Ranasinghe, T., & Sivaramakrishnan, K. (2012). *The impact of SFAS 133 on income smoothing by banks through loan loss provisions.* The Accounting Review, 88(1), 233-260.

Kim, J. B., Li, L., Ma, M. L. Z., & Song, F. M. (2016). *CEO option compensation and systemic risk in the banking industry*. Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics, 23(2), 131-160.

Knopp, T. A. (2010). *Recessions and depressions: understanding business cycles (2a ed.).* California: Praeger.

Leventis, S., Dimitropoulos, P. E., & Anandarajan, A. (2011). *Loan loss provisions, earnings management and capital management under IFRS: The case of EU commercial banks.* Journal of Financial Services Research, 40(1e2), 103-122.

Liu, C., & Ryan, S. (2006). *Income smoothing over the business cycle: Changes in banks' coordinated management of provisions for loan losses and loan charge-offs from the pre-1990 bust to the 1990s boom*. The Accounting Review, 81(2), 421-441.

Macedo, M. A. da S., & Kelly, V. L. de A. (2016). *Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa*. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, 4(2), 82-96.

Martinez, A. L. (2001). *"Gerenciamento" dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras.* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Marton, J., & Runesson, E. (2017). *The predictive ability of loan loss provisions in banks e Effects of accounting standards, enforcement and incentives*. The British Accounting Review, 49(2), 162-180.

Maso, L. D., Kanagaretnam, K., Lobo, G. J., & Terzani, S. (2018). *The influence of accounting enforcement on earnings quality of banks: Implications of bank regulation and the global financial.* Journal of Accounting and Public Policy, 37(5), 402-419.

Matsumoto, A. S., & Parreira, E. M. (2007). *Uma pesquisa sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis: causas e consequências.* Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, 10(1), 141- 157.

McKay, A., Gosling, R., Bale, C., Pitt, B., & Carell, S. (2016) *The big short*. Paramount Home Pictures (Firm).

McNichols, M., & Wilson, P. (1988). *Evidence of earnings management from the provision for bad debts*. Journal of Accounting Research, 26, 1-31.

McNichols, M. (2000). *Research design issues in earnings management studies.* Journal of Accounting and Public Policy, 19(4-5), 313-345.

Menezes Junior, C. B. (2017). *Gerenciamento do resultado contábil: uma análise em períodos de crise financeira.* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de economia, administração e contabilidade – FACE.

Mishkin, F. S. (1999). *International capital movements, financial volatility and financial instability*. Cambridge, NBER Working Paper, n. 6390.

Mishkin, F. S. (2001). *Financial policies and the prevention of financial crises in emerging market countries.* In: feldstein, Martin (Ed.). Economic and financial crises in emerging market countries. Chicago: The University of Chicago Press.

Mishkin, F. S., & Eakins, S. G. (2012). *Financial Markets and Institutions.* Pearson Education, 7th edition.

Mizen, P. (2008). *The credit crunch of 2007-2008: A discussion of the background, market reactions, and policy responses.* Federal Reserve Bank of St Louis Review, 531-67.

Moraes, M. B. da C., Meli, D. B., & Nakao, S. H. (2016). *Income smoothing, IFRS adoption and Cost of Equity: evidences from Brazil.* American Accounting Association AAA 2016 Annual Meeting, 2016, Nova York - NY / EUA. Annals of AAA Annual Meeting, 2016.

Morris, R. D., Kang, H., & Jie, J. (2016). *The determinants and value relevance of banks' discretionary loan loss provisions during the financial crisis.* Journal of Contemporary Accounting & Economics, 12(2), 176-190.

Mota, R. H. G., & Paulo, E. (2017). *A Influência do Ambiente Econômico no Gerenciamento de Resultados: Um Estudo nas Companhias Abertas Brasileiras.* Improving the usefulness of accounting research, Universidade de São Paulo – USP.

Moura, G. D., Macêdo, F. F. R. R., Mazzioni, S., & Kruger, S. D. (2016). *Análise da relação entre gerenciamento de resultados e custo de capital em empresas brasileiras listadas na BM & FBOVESP*. Revista Catarinense da Ciência Contábil, 15(44).

Nez, E., Gollo, V., Klan, R. C., & Warken, I. L. M. (2017). *Utilização da pecld para gerenciamento de resultados em empresas listadas na BM&FBovespa*. Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador-Bahia, 11(2), 63–81.

Norden, L., & Stoian, A. (2013). Bank *earnings management through loan loss provisions: A double-edged sword?* DNB Working Paper, No. 404.

Oliveira, V. A., Lemes, S., Almeida, L. C. F., & Ferreira, L. S. (2008). *Gerenciamento de resultados contábeis por meio de ativos fiscais diferidos*. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, 11(1-2), 153-169.

Ozili, P. K. & Outa, E. (2017). *Bank loan loss provisions research: A review*. Borsa Stanbul Review, 17(3), 144-163.

Papouskova, M. & Hajek, P. (2019). *Two-stage consumer credit risk modeling using heterogeneous ensemble learning.* Journal Elsevier.

Paulo, E., & Leme, J. (2009). *Gerenciamento de resultados contábeis e o anúncio dos resultados contábeis pelas companhias abertas brasileiras.* Revista Universo Contábil, 5(4), 27-43, Santa Catarina.

Portes, R. (2008). *Ratings Agency Reform*. VOX CEPR'sPolicy Portal.

Radelet, S., & Sachs, J. (1998). *The Onset of the East Asian Financial Crisis.* Harvard Institute for International Development, Harvard University.

Rathke, A. A. T, Santana, V.F., Lourenço, I. M. E. C., & Dalmácio, F. Z. (2016*). International Financial Reporting Standards and Earnings Management in Latin America*. RAC ANPAD, 20(3), 368-388.

Reinhart, C., & Khan, M. (1995). *Effect of Capital Flows on the Domestic Financial Sectors in APEC Developing Countries*. In Capital Flows in the APEC Region. USA: International Monetary Fund.

Riahi, Y. M. (2019). *How to explain the liquidity risk by the dynamics of discretionary loan loss provisions and non-performing loans? The impact of the global crisis.* Managerial Finance, 45(2), 244-262.

Roychowdhury, S. (2006). *Earnings management through real activities manipulation.* Journal of Accounting and Economics, 42, 335–370.

Santos, A., & Grateron, I. R. G. (2003). *Contabilidade Criativa e responsabilidade dos auditores.* Revista Contabilidade & Finanças –USP, São Paulo, n.32, 7-22.

Schipper, K. (1989). *Commentary on Earnings Management*. Accounting Horizons, 91-102.

Scott, W.R. (2003). *Financial Accounting Theory*, 3rd edition, Prentice Hall.

Shrieves, R., & Dahl, D. (2003). *Discretionary accounting and the behavior of Japanese banks under financial duress.* Journal of Banking & Finance, 27(7), 1219–1243.

Silva, A. F., Weffort, E. F. J., Flores, E. da S., & Silva, G. P. (2014). *Earnings management and economic crises in the Brazilian Capital Market*. Revista de Administração de Empresas, 54(3). São Paulo.

Skała, D. (2015). *Saving on a rainy day? Income smoothing and procyclicality of loan-loss provisions in Central European banks*. International Finance, 18(1), 25-46.

Skinner, D. J., & Soltes, E. F. (2011). *What do dividends tell us about earnings quality?* Ver. Account. Stud. 16, 1-28.

Stiglitz, J. E., & Weiss, A. (1981). *Credit Rationing in Markets with Imperfect Information.* American Economic Review, 71, 393-410.

Stolowy, H. & Breton, G. (2004). *Accounts manipulation: a literature review and proposed conceptual framework*. Review of Accounting & Finance, 3(1), 5-66.

Tanda, A. (2015). *The Effects of Bank Regulation on the Relationship between Capital and Risk*. Comparative Economic Studies, 57, 31–54.

The Bank for International Settlements. (2019). History of the Basel Committee. Recuperado de https://www.bis.org/.

Velasco, A. (1987). *Financial and Balance-of-Payments Crises*. Journal of Development Economics, 27, 263-283.

Vousinas, G. L. (2015). *Supervision of financial institutions: The transition from Basel I to Basel III. A critical appraisal of the newly established regulatory framework*. Journal of Financial Regulation and Compliance, 23(4), 383–402.

Xavier, P. H. M. *Gerenciamento de resultados por bancos comerciais no brasil*. (2007). (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Wade, R. (1998). *The Asian debt-and-development crisis of 1997: causes and consequences*. World Development, 26(8).

Watts, R. L. & Zimmerman, J. L. (1978). *Towards a positive theory of the determination of accounting Standards, The Accounting Review*, 53, 112-134.

Welter, L. M., Cavalheiro, M. de O., Victor, F. G., & Souza, R. B. de L. (2017). G*erenciamento de resultados em bancos brasileiros listados na BM&FBovespa: uma verificação a partir da provisão para créditos de liquidação duvidosa*. II Congresso de Contabilidade da UFRGS.

World Bank Group. (2019). Data Bank, World Development Indicators. Recuperado de https://databank.worldbank.org/.

ANEXOS

ANEXO A – Teste de Normalidade

Para Modelos 1, 2 e 3:

Teste de Shapiro-Wilk W test for normal data

Variável	W	V	z	Prob>z
LLP	0,543	1312,291	18,876	0,000
EBTP	0,790	603,722	16,835	0,000
REC	0,997	7,922	5,441	0,000
EBTPxREC	0,590	1177,049	18,590	0,000
LOANS	0,954	133,377	12,865	0,000
ΔLOANS	0,005	2855,575	20,920	0,000
LLA	0,497	1442,506	19,125	0,000
NPL	0,400	1723,292	19,592	0,000
EQUITY	0,895	300,422	15,000	0,000
LNTA	0,981	53,712	10,473	0,000
ΔGDP	0,862	396,591	15,730	0,000
IFRS	0,999	1,934	1,734	0,041

Para Modelo 4:

Teste de Shapiro-Wilk W test for normal data

Variável	W	V	z	Prob>z
LLP	0,460	345,792	14,486	0,000
EBTP	0,738	167,383	12,688	0,000
IFRS9	1,000	0,060	-6,992	1,000
EBTPxIFRS9	0,854	93,477	11,245	0,000
LOANS	0,947	34,039	8,741	0,000
ΔLOANS	0,013	631,634	15,979	0,000
LLA	0,420	371,377	14,663	0,000
NPL	0,331	427,857	15,014	0,000
EQUITY	0,928	46,336	9,505	0,000
LNTA	0,969	19,668	7,382	0,000
ΔGDP	0,881	75,920	10,729	0,000

ANEXO B – Análise dos Resíduos

Para Modelos 1, 2 e 3:

Painel A

Análise dos Resíduos - Correlação

	(i)	(ii)	(iii)
EBTP	0,000	-	0,000
REC	-	0,000	0,000
EBTPxREC	-	-	0,000
LOANS	0,000	0,000	0,000
ΔLOANS	0,000	0,000	0,000
LLA	0,000	0,000	0,000
NPL	0,000	0,000	0,000
EQUITY	0,000	0,000	0,000
LNTA	0,000	0,000	0,000
ΔGDP	0,000	0,000	0,000
IFRS	0,000	0,000	0,000

Painel B

Análise dos Resíduos - Análise Descritiva

	(i)	(ii)	(iii)
Nº Obs.	5335	5335	5335
Média	0,0000	0,0000	0,0000
Desvio Padrão	0,0045	0,0047	0,0045
Mín.	-0,0272	-0,0305	-0,0269
Max.	0,0351	0,0334	0,0353

Painel C

Análise dos Resíduos - Teste de Normalidade

	(i)	(ii)	(iii)
Nº Obs.	5335	5335	5335
W	0,806	0,817	0,804
V	557,925	525,650	562,329
z	16,627	16,470	16,648
Prob>z	0,000	0,000	0,000

Para Modelo 4:

Painel A

Análise dos Resíduos - Correlação

	(iv)
EBTP	0
IFRS9	0
EBTPxIFRS9	0
LOANS	0
ΔLOANS	0
LLA	0
NPL	0
EQUITY	0
LNTA	0
ΔGDP	0

Painel B

Análise dos Resíduos - Análise Descritiva

	(iv)
Nº Obs.	1016
Média	0,000
Desvio Padrão	0,003
Mín.	-0,013
Max.	0,025

Painel C

Análise dos Resíduos - Teste de Normalidade

	(iv)
Nº Obs.	1016
W	0,795
V	130,868
z	12,078
Prob>z	0,000

ANEXO C – Estimação por POLS

Regressão POLS

Variáveis	(i)		(ii)		(iii)	
	Coeficiente	Estat. t	Coeficiente	Estat. t	Coeficiente	Estat. t
cons.	0,000	0,16	0,000	-0,15	0,000	0,03
EBTP	0,129	10,73	-	-	0,122	10,19
REC	-	-	0,001	2,62	0,000	-0,28
EBTPxREC	-	-	-	-	0,110	2,80
LOANS	-0,002	-3,90	-0,003	-4,89	-0,002	-3,65
DLOANS	-0,004	-8,60	-0,004	-8,46	-0,004	-8,29
LLA	0,269	16,14	0,312	19,40	0,267	15,98
NPL	0,063	7,64	0,045	5,39	0,062	7,55
EQUITY	0,005	1,89	0,022	9,57	0,005	1,82
LNTA	0,000	-0,96	0,000	-0,33	0,000	-0,93
DGDP	-0,006	-4,81	-0,001	-0,78	-0,003	-2,18
IFRS	0,000	-2,73	0,000	-1,53	-0,001	-2,73
R-quadrado	48,15%		45,50%		48,50%	
Número de Obs.	5.335		5.335		5.335	

Regressão POLS

Variáveis	(iv)	
	Coeficiente	Estat. t
cons.	0,000	-0,23
EBTP	0,226	5,84
IFRS9	0,001	1,93
EBTPxIFRS9	-0,063	-1,59
LOANS	-0,004	-4,02
DLOANS	-0,003	-1,73
LLA	0,196	7,75
NPL	0,021	1,74
EQUITY	0,002	0,37
LNTA	0,000	0,41
DGDP	-0,008	-1,57
R-quadrado	56,55%	
Número de Obs.	1.016	

ANEXO D – Estimação por Efeitos Fixos

Regressão Efeitos Fixos

Variáveis	(i)		(ii)		(iii)	
	Coeficiente	Estat. t	Coeficiente	Estat. t	Coeficiente	Estat. t
cons.	0,004	0,88	0,001	0,29	0,002	0,45
EBTP	-0,009	-0,47	-	-	-0,010	-0,54
REC	-	-	0,001	3,78	0,000	0,59
EBTPxREC	-	-	-	-	0,070	1,94
LOANS	0,002	1,26	0,002	1,34	0,002	1,32
DLOANS	-0,004	-8,10	-0,004	-8,06	-0,004	-7,69
LLA	0,323	8,05	0,322	8,13	0,324	8,16
NPL	0,085	6,09	0,083	6,01	0,083	6,00
EQUITY	-0,002	-0,32	-0,002	-0,40	-0,002	-0,37
LNTA	0,000	-1,28	0,000	-0,76	0,000	-0,90
DGDP	-0,006	-4,82	-0,003	-2,03	-0,003	-2,08
IFRS	0,001	3,01	0,001	2,32	0,001	2,71
R-quadrado	41,30%		41,91%		41,80%	
Número de Obs.	5.335		5.335		5.335	

Regressão Efeitos Fixos

Variáveis	(iv)	
	Coeficiente	Estat. t
cons.	-0,017	-0,68
EBTP	0,099	1,99
IFRS9	0,000	0,41
EBTPxIFRS9	-0,024	-1,08
LOANS	0,011	2,14
DLOANS	-0,002	-1,43
LLA	0,335	4,24
NPL	-0,011	-0,77
EQUITY	0,014	0,84
LNTA	0,000	0,27
DGDP	0,005	0,93
R-quadrado	42,42%	
Número de Obs.	1.016	